

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA CINCO DE JUNHO DO CORRENTE ANO. -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia cinco de Junho do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.2 DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 SECÇÃO DE CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA -----

----- 3. Venda da Fracção Z do Novo Mercado Municipal -----

----- 4. Pedido de Cessão de Posição Contratual no Novo Mercado Municipal -----

----- 5. Aquisição do Terreno na Tapada junto ao Novo Mercado Municipal -----

----- 3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1 SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 9. Polo Industrial de Montemor-o-Velho - Alteração da Solução Urbanística -----

----- 4 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.2 DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 5. Construção da Pista de Remo/Centro Náutico de Montemor: (Açude de Jusante) -

Acta de Abertura das Propostas -----

----- 4.3 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 5. Apoio Financeiro a Família Carenciada - Santo Varão -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - Pelo Presidente da Câmara foi proposta a atribuição de um subsídio no valor de mil e quinhentos euros à Junta de Freguesia de Montemor-o-Velho, para fazer face a despesas com a celebração das festas de Santo António, realizadas a doze de Junho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de mil e quinhentos euros à Junta de Freguesia de Montemor-o-Velho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara informou que, no próximo dia vinte e oito de Junho, se irá realizar a Assembleia Municipal. Às vinte horas e trinta minutos daquele mesmo dia teriam a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança e às vinte e uma horas teriam também uma reunião da Protecção Civil Distrital com a Protecção Civil Municipal e com o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Aproveitava para convidar todo o executivo a estar presente naqueles acontecimentos do dia vinte e oito de Junho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Relembrou o executivo para que no próximo dia vinte e nove e trinta de Junho, estivesse em força na realização dos Campeonatos Nacionais de Remo, que se realizarão em Montemor-o-Velho e que serão o "pontapé de saída" da utilização da infraestrutura do Centro Náutico - Pista de Remo de Montemor. -----

----- Aproveitava a oportunidade para convidar a população do Concelho, para que dentro das suas possibilidades, presenciassem aqueles eventos, estando salvaguardado que a inauguração formal e oficial da pista, seria feita mais tarde, pelo que dará atempadamente conhecimento à Câmara daquele mesmo evento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Aproveitava ainda para sensibilizar os Senhores Vereadores, a estarem presentes no próximo dia vinte e nove de Junho, para a partir das vinte horas, no Pavilhão Municipal, assistirem ao sarau de encerramento do Torneio de Futsal Juvenil, promovido pela autarquia, e que tem trazido ao longo de três meses, uma envolvência extremamente significativa por parte dos jovens desportistas do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Informou que tinha tomado a iniciativa de convidar os Presidentes das Câmaras de Soure, Coimbra e Figueira da Foz, para numa conferência de imprensa e de uma forma clara de sinergia inter-municipal, e sobretudo do Baixo Mondego, tornar pública a obra da Pista de Remo, que já se encontrava praticamente concluída. Pensava que, dentro daquilo que tinha sido a filosofia de tratamento dentro daquele projecto, era de todo o interesse, galvanizarem um projecto do ponto de vista regional, subscrevendo inequivocamente a identidade nacional e internacional do mesmo. Se não tiverem a coragem de o galvanizar logo como uma inter-municipalidade que ele revestia, pouco saberiam depois reivindicar a montante daquela matéria. A conferência de imprensa será às doze horas e aproveitava a oportunidade para convidar o executivo a estar presente.

Era

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

uma forma que considerava informal, mas ao mesmo tempo clara e inequívoca, da mostragem daquilo que estava realizado até ao momento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - Informou que, no dia vinte e dois de Junho, haveria uma Ceia Renascentista, que decorrerá a partir das dezoito horas e trinta minutos, com um conjunto de iniciativas e que teria o seu epílogo no Convento dos Anjos. -----

----- Gostaria de dizer que, em relação ao programa que tinha sido divulgado e trazido à reunião, alterou-o, pelo que gostaria que os senhores vereadores ficassem a conhecer o que se passou. Já tinha sido abordado o assunto ao longo doutras reuniões, do interesse inequívoco que aquele executivo tinha, de vir a lançar, com a devida pompa e circunstância que o acto iria merecer, o Foral de Montemor. -----

----- Pensava, sobretudo, para quem tinha um gosto claro pela tradição e se revia na projecção no âmbito histórico, cultural e ancestral com que o Concelho marcou ao longo dos séculos, uma posição frontal, dianteira e até soberana dentro do reino de Portugal, e que era para nós com muito gáudio, sabendo que apenas sete ou oito municípios no País tiveram aquela iniciativa, e sendo o foral de Montemor, um dos mais antigos e um dos mais ricos. Não ia citar, mas há pouco tinha sido reeditado um foral de uma cidade importante do nosso País, que ficava muito "aquém", em termos do valor que consubstanciava, a sua dinâmica à altura, com aquela que Montemor tinha, e estavam a falar do século dezasseis.

----- Apercebeu-se claramente, de um esforço científico e técnico, por parte da Doutora Maria Helena Coelho, que estava a fazer aquele tratamento. Era uma pessoa que merecia o maior empenhamento da parte daquele executivo, em reconhecer meritoriamente, não só o seu trabalho científico, como o seu contributo. Era para ele, e pensava ter a correlação de todos os senhores Vereadores, inqualificável, estar a apresentar numa cerimónia, em que muita gente vinha para faustosamente comer e beber, algo que do seu ponto de vista, era talvez, dos maiores emblemas que aquele concelho podia reivindicar. Dentro daquele âmbito, solucionaram a questão, pretendendo, ou no dia do município, dia oito de Setembro, ou numa outra cerimónia mais ajustada, apresentar em exclusivo aquela edição.

----- Relativamente à edição, gostaria de ouvir a opinião do executivo, mas o que tinha proposto aos serviços, era que editassem uma brochura, que edita o foral em termos limitados de numeração, com capas e valor que pudesse vir a significar uma lembrança prestigiante e, prestigiada, que o município faria chegar, em primeiro lugar, aos órgãos de soberania da nação, em segundo lugar, a futuros visitantes, que, pelo seu valor humano, nos visitem e que possam merecer uma oferta significativa, mas, ao mesmo tempo exclusiva, por

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

parte do município. Seria uma série limitada, acompanhada da edição e, estava a falar em termos de escala, do binómio quantidade-valor, de um outro conjunto de valor intermédio para determinado tipo de visitantes, que não ficariam num patamar tão elevado como o da postura de estado, e depois, porque toda a gente deverá ter acesso àquela publicação, e ainda um outro, de custos mais reduzidos, mas com uma encadernação e uma divulgação mais transversal. -----

----- Aquela tinha sido a circunstância de alteração que havia no programa que estava distribuído. Far-se-á uma alusão ao Foral, em termos de toda a cenografia que irá ser feita, mas apresentar coisas, que tinham de certeza, um valor intrínseco, afectivo, histórico inquestionável que não se podia misturar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Informou que na sequência dos contactos tidos com Santiago de Compostela, na Galiza, onde se tinham deslocado, nos dias seis e sete de Junho, foram recebidos pelo Director do Xacobeu, pelo Ministro da Cultura do Governo da Galiza e pelo Senhor Presidente do Governo Regional da Galiza. Transmitia ao executivo que achava ter sido extremamente importante aquela visita, e sobretudo, considerava que tinham sido criadas condições para poderem em termos, quer culturais, quer de ligação luso-galaica que não podiam omitir e que sempre existiu nos anos de formação do Reino e, pelos anos seguintes. -----

----- Houve todas as condições, sobretudo manifestadas pelo Director do Xacobeu, em que formalmente foi declarado, que Montemor passava a pertencer à rota dos caminhos de Santiago, sendo previsível, num curto espaço de tempo, que técnicos da área de Santiago de Compostela irão, em parceria com a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, desenvolver todas as demarches no que dizia respeito à edição de brochuras naquele sentido, na criação da sinalética, etc., para que se formalizasse depois aquela mesma entrada. -----

----- Na reunião tida com o Senhor Presidente do Governo Regional da Galiza, que contrariamente ao que estava inicialmente previsto, a entrevista deixou de ter dez minutos para passar a ter cinquenta minutos, demonstrava inequivocamente o interesse que ele manifestou pela região de Montemor. -----

----- O Senhor Presidente do Governo Regional da Galiza presenteou-os com dois livros, um de Camões, escrito em Galego e outro da sua autoria, sobre a questão do valor histórico e patrimonial das regiões da Galiza e Portugal, e acedeu visitar Montemor-o-Velho, em Janeiro de dois mil e três, o que pensava ser um facto inquestionavelmente relevante e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

para o qual terão que ter salvaguardadas todas as condições, quer em termos internos, a nível do país governamental, a quem terão de transmitir formalmente, a partir de agora, a aceitação por parte de Sua Excelência, o Presidente do Governo Regional da Galiza naquela visita, bem como aos Municípios vizinhos. Estava-se a falar de Janeiro de dois mil e três, com Coimbra Capital da Cultura, e com a Figueira com alguns interesses. Era evidente que Montemor não ia preterir, naquela ocasião, não assumir as suas responsabilidades dentro daquilo que lhe parecia importante.-----

----- Trocou impressões, com um dos assessores directos, do senhor Presidente do Governo Regional da Galiza, que o acompanhou em todo o resto da visita, a Santiago de Compostela e em que foi claro e inequívoco o interesse, sobretudo em Jorge de Montemor e Diogo Cao, como figuras relevantes. Por um lado, e no que dizia respeito ao segundo, pela sua ascendência galega, em relação ao primeiro pelo conhecimento literário que existia na Galiza do valor daquela mesma pessoa. Em paralelo, desenvolveram um convite que também tinha sido aprovado na reunião de Câmara e que era da feitura da estátua de Inês de Castro em Montemor, mas dizia clara e inequivocamente, que teriam de saber aproveitar mais do que nunca, todo aquele ênfase dado àquelas figuras ímpares do Concelho de Montemor e que tinham um espelho e um feed back importante naquela matéria.-----

----- Tinha tido a oportunidade de, durante a semana passada, trocar impressões, com o Dr. Alfredo Pinheiro Marques, a quem tinha solicitado alguma parceria de trabalho, dentro do contexto do programa do infante D. Pedro, para que soubessem atempadamente, criar todas as condições, para que em Janeiro, quando recebessem o Presidente do Governo Regional da Galiza, tivessem algo importante que viesse ao encontro da sensibilidade que tinha registado.-----

----- Pensava ter sido um passo muito significativo, e que dentro da humildade que nos caracterizava, não se deveria esbanjar, mas também dever-se-ia marcar uma postura inequívoca de que será importante para Montemor, para o Baixo Mondego, mas também para o País estas intervenções.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Sétima** - Informou que, no passado dia dezoito de Junho, se tinha deslocado a Lisboa, para ter três audiências as quais, se prenderam com matérias que considerava, naquele momento nevrálgicas, para alguma resolução de problemas com que o Concelho se debate.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Teve uma reunião, na Direcção Geral de Turismo, com o Senhor Director Geral, para dar sequência ao que já tinha sido transmitido ao executivo, no sentido de que a Câmara apresentasse uma candidatura através do PIQTUR, para o apoio à prova da Coupe de La Jeneusse, quer em termos de promoção interna, quer em termos de promoção externa. Naquele momento, a legislação em vigor era recente, remetia para alguns formulários que estavam a ser formalmente aceites em termos da União Europeia, para que depois possam promover o seu preenchimento e candidatura.-----

----- Tinha tido depois a oportunidade de ser recebido pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, Dr. Vieira de Castro, com quem debateu um conjunto de problemas que já eram mais do que conhecidos, mas cujo enfoque foram quatro pontos concretos, remetendo à sua leitura no Diário de Coimbra, onde aquilo era claro e inequívoco. A questão da Variante trezentos e quarenta e um, que, como tinha demonstrado, era naquele momento, um dos emblemas políticos daquele executivo, para solucionar em definitivo. Dentro daquele contexto apresentou duas situações concretas:-----

----- A primeira, que se prendia com uma iniciativa política, que de uma vez por todas e a parceria com o Ministério do Ambiente, solucionasse claramente a execução da via alternativa. Tinha sido acompanhado naquela reunião pelo Presidente da Câmara de Soure, e, da sua parte, foi inequívoco dizer ao Senhor Secretário de Estado que, seja qual for a solução que pudesse agradar menos ou mais ao Presidente da Câmara de Montemor, ao Presidente da Câmara de Condeixa ou ao Presidente da Câmara de Soure, o que naquele momento era inequívoco, da parte dos três Presidentes de Câmara, era que a obra teria de ser feita. -----

----- Relativamente ao assunto, cada um, tinha a sua posição, e Montemor já tinha manifestado qual era. De qualquer forma, o que era importante, era que o prolongamento de Arzila à Granja, fosse feito com celeridade e cuja disposição definitiva seja total. Em parceria com aquele problema, questionou e mostrou a disponibilidade, daquela Câmara, para com realismo e porque seja qual for a solução, ela terá em termos de execução, um prazo diferencial ainda longo, de que, sobretudo, as localidades de Pereira, Santo Varão e Formoselha, não se poderiam continuar a compadecer com soluções adiadas e que poderiam por em causa, em primeiro lugar, vidas humanas e em segundo lugar, os bens materiais de muitos daqueles munícipes. A própria Autarquia estava disponível para equacionar, dentro do que fosse considerado mais célere e, mais oportuno, soluções alternativas ao escoamento de trânsito às localidades citadas. Neste contexto ficou o Presidente da Câmara de Montemor extremamente agradado ao saber que muito

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

brevemente seria lançado o Concurso Público do IEP para a Execução de Estudo Prévio relativo ao lanço em questão saudar este compromisso e reiterar a sua inteira dedicação e disponibilidade para este assunto. -----

----- O segundo ponto, prendia-se com a Ponte das Lavadeiras. O assunto já tinha sido discutido pelo executivo. Tinha tido na semana passada uma reunião com o Director de Estradas de Coimbra, com os Comandos da GNR e dos Bombeiros, com os responsáveis do INAG e com o Vereador da Câmara de Soure, onde fez transcrever para o Senhor Secretário de Estado, a situação inequívoca de considerarem que a solução que estava a ser desenvolvida, não vinha ao encontro das vontades deste executivo, nem das preocupações, nomeadamente com a construção da rotunda, devido às cotas em que a mesma estava a ser construída.-----

----- Passava a transcrever a carta que tinha enviado no dia catorze de Junho, na sequência daquela reunião, ao Senhor Secretário de Estado, em que dizia claramente o seguinte: "Como é do conhecimento de V. Exa. está em execução a nova Ponte das Lavadeiras, nesta Vila de Montemor-o-Velho, em virtude da anterior ter sido destruída pelas intempéries que ocorreram em Janeiro de dois mil e um. -----

----- Dos diversos contactos tidos com o ICERR nomeadamente Senhor Vice Presidente Engº José Vale, e Director de Estradas de Coimbra Engº Zéfiro Rodrigues, foi-nos dado a conhecer a implementação de execução de uma rotunda na saída Norte, logo imediatamente à ponte, cerca de vinte metros.-----

----- Trata-se de uma solução com a qual não concordamos, minimamente, pelo seguinte: -----

----- a) Situar-se logo à saída da Ponte e em local de pouca visibilidade (sentido Sul barra Norte) devido às cotas existentes);-----

----- b) Em diversos períodos do ano aquela zona ser assolada por nevoeiro intenso, levando assim a que seja ainda mais reduzida a visibilidade do tráfego que vem no sentido Sul barra Norte (Concelho de Soure); -----

----- c) A saída do lado Sul apresentar uma construção barra manutenção inequalificável de uma curvatura que põe em causa a segurança rodoviária; -----

----- d) Sermos favoráveis a uma outra solução técnica que pode passar por desnivelar o cruzamento fazendo com que o sentido Norte barra Sul e vice versa, do tráfego nada tenha a haver com a via Montemor (centro) – Casal Novo do Rio e vice versa; -----

----- Porque se trata de uma situação de resolução urgente e política solicito uma intervenção, adequada formal e atempada por parte de V. Exa. que garanta ao Município

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

que eu represento uma resposta que ultrapasse a nossa preocupação e reivindicação apresentada. -----

----- Com os melhores cumprimentos." -----

----- Disse ainda que, na reunião tida com os responsáveis da Direcção de Estradas, aqueles têm vindo a fazer sistematicamente correcções no projecto. O projecto inicial, tinha um declive de oito por cento e, naquele momento, já ia em seis por cento, mas se lá fossem ver havia uma elevação cada vez maior daquele aterro, a pôr em causa algumas construções que ali estavam. Era inequívoco que, a postura deste executivo tinha sido aquela, a responsabilidade naquela matéria não era nula, mas também era completamente alheio, porque a responsabilidade da obra, era de uma entidade que não era a Câmara Municipal. -----

----- Dentro daquele contexto, haviam questões que, para além da construção da rotunda, também foram equacionadas, nomeadamente as questões que se prendiam com, a segurança, redes de protecção, o relevo da própria rotunda em si, questões de distanciamento entre a placa central da rotunda e o distanciamento ao tabuleiro, sinalização de redução de velocidade dentro da própria ponte, etc.. Tudo foi apresentado naquela reunião e pretendiam respostas claras. Era evidente que a responsabilidade última, era do dono da obra, que era o Estado, o ICERR. -----

----- Um terceiro aspecto, apresentado ao Senhor Secretário de Estado, e que mantinha a sua postura que tinha em Novembro, era que continuava a ser um lutador claro pela abolição da portagem de Montemor, na A catorze e por uma solução clara do ponto de vista jurídico, daquilo que se passava com a cento e onze, dentro do Concelho de Montemor-o-Velho. Inequivocamente, haviam três soluções possíveis: -----

----- Primeira: manutenção da portagem onde ela estava e a passagem a virtual para o trânsito que saísse imediatamente a seguir ou que entrasse por via da solução que existia na rotunda do Rosmaninhal; falamos do tráfego entre Figueira e Montemor e vice versa. -----

----- Segunda: alteração e mudança da portagem quanto à sua localização; -----

----- Terceira e mais radical, era a abolição da portagem. -----

----- Aquele contexto estava a trazer dificuldades acrescidas dentro da vila de Montemor.

----- O que deveria ser uma avenida, passou a ser uma estrada de solução alternativa a uma via que era taxada. Tratava-se de uma questão jurídica, e disso deu conta ao Senhor Secretário de Estado, que no futuro poderiam pedir uma indemnização, porque a lei claramente dizia que tinha de haver uma via alternativa, a uma solução com portagem.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

Aquela via alternativa era uma via municipal, e ou devolvia a estrada e impunha condições, ou aquela situação teria de ser alterada. Tratava-se de uma situação que já vinha há três ou quatro anos, desde que a A catorze substituiu o IP três, que era um itinerário principal, sem taxas, construído na altura, pelo Engenheiro Ferreira do Amaral, e que depois passou a uma auto-estrada taxada. -----

----- Em paralelo com aquela situação, alertou para as saídas que se mantinham da A catorze em território do Concelho da Figueira da Foz, mas que prejudicam substancialmente o Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Mais disse que, pediu prioridade para três projectos que a Câmara tinha feito, já neste executivo, e que durante anos se andou a protelar, e que naquele momento a responsabilidade, naquela matéria, era totalmente do ICERR. Há cerca de um mês foram entregues no ICERR, os projectos pagos pela Câmara, da semaforização dos cruzamentos de Tentúgal, na Nacional cento e onze, e de Quinhendros bem como a rotunda da Lavariz. Naquele momento, apenas faltava que o ICERR executasse as obras, o que deveria acontecer neste Verão, para que as obras se concretizem. Tinham mais do que tempo suficiente para poderem chegar ao mês de Agosto, com a situação, nomeadamente, no que dizia respeito aos semáforos, resolvida. -----

----- Em relação à Ponte das Lavandeiras, era da opinião de que se fosse necessário mais tempo para corrigir aquelas inconsequências, era preferível, aos folclore de inaugurações. Naquele momento, se solucionassem os cruzamentos de Tentúgal, de Quinhendros, da rotunda da Lavariz e com as estradas alternativas que têm servido, dariam outras condições, e, se fosse necessário esperariam mais um mês ou dois, para que a Ponte estivesse devidamente estruturada, quer em termos de iluminação, quer de acessibilidades.

----- Houve um outro ponto que foi remetido para uma futura reunião com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, e que era uma preocupação grande, sobretudo na zona de Formoselha e Santo Varão. Tratava-se da passagem desnivelada sobre a linha do Norte, naquele local e, para o qual, teriam de voltar a chamar a atenção. Tinham sido problemas que se apercebeu terem sido desenvolvidos nos anos de noventa e cinco e noventa e seis, pelos executivos anteriores, e que depois caíram no esquecimento. -----

----- Naquele momento, considerava ser de todo o interesse que fossem reavaliados e lhe fosse dado novo seguimento. Toda aquela faixa e margem esquerda terá de ser tratada com dignidade. -----

----- Tinha tido também a oportunidade de ter uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, onde apresentou alguns problemas relacionados com a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

protecção civil e segurança no Concelho, nomeadamente com algumas pretensões que lhe tinham sido apresentadas, pelo próprio Corpo de Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, que se prendiam com situações, que considerava de facto ingratas, para que o voluntariado no seu município, continuasse a dar a vida pela vida, em defesa do bem estar da população. Prendia-se fundamentalmente com três assuntos: -----

----- A questão fundamental, para si, era a questão da criação de um Centro de Socorro do Baixo Mondego, sediada em Montemor, que desse sequência à deliberação da Assembleia da República, e que nunca tinha sido levada a efeito, depois do que se passou com as inundações, e que criando-se condicionalismos claros naquela zona, que era cruzada por vias rodoviárias, ferroviárias e fluviais importantes, com um corpo de intervenção mais adequado, quer em termos humanos, quer de equipamento. -----

----- A segunda questão, prendia-se com o que naquele momento, do ponto de vista dos próprios bombeiros, se tornava ingrato em termos de gestão daquela casa. Tratava-se da manutenção de um serviço de emergência, mais conhecido como INEM, que era altamente deficitário, porque os senhores responsáveis naquela matéria, continuavam a não olhar para o binómio permanência, qualidade, recursos humanos, no fornecimento daquele serviço de emergência. O montante que os bombeiros recebiam, dava-lhe um prejuízo médio mensal de quinhentos contos, face ao serviço prestado. Tinha trazido o problema à Câmara, porque estavam a apoiar uma instituição, através de um subsídio, montantes que deviam ser suportados pelo estado. Para que o problema fosse solucionado, deveria haver um reconhecimento de um tarifário mínimo comprovativo de serviços a partir do qual era garantido, até àquele montante, uma taxa de comparticipação do INEM, que equilibrasse os custos globais da estrutura que existia. Aquele caso não era um caso singular, era um caso genérico, em muitas das periferias urbanas doutros municípios, e que não tinham encontrado até agora, grande empatia por parte de dirigentes ligados aos bombeiros, quer em termos distritais, quer em termos regionais. -----

----- A terceira questão era a questão de apoio financeiro aos bombeiros voluntários, no que dizia respeito a material. Montemor, quer na sua sede, quer na generalidade do seu concelho que tem vindo a crescer, em termos urbanísticos, tem vindo a ter uma nova filosofia urbana. Os prédios começavam a crescer em altura o que trazia outras características, para o combate à defesa e protecção, e que os meios que existiam não eram os mais adequados. Não havia uma escada que desse acessibilidade em zonas em que começavam a surgir prédios de três, quatro andares, e havendo qualquer sinistro, como

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

se consegue resolver o problema? Desde mil novecentos e noventa e oito que os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho não recebiam uma viatura nova por parte do Estado. -----

----- Pensava que, claramente e em sintonia com o Centro de Socorro, que defendia e que esperava que não fosse só um observatório das cheias, mas que tivesse uma intervenção mais lacta, haveria que equacionar apoios mais diversificados. Em relação àquele aspecto, havia questões que eram cruzadas e que tem a ver com Montemor. Por exemplo, aprovavam projectos atrás de projectos de loteamentos, construções com três, quatro andares, quando o faziam, e sendo ele o responsável pela protecção civil, teria de equacionar aquela questão mais a pormenor. Terão de equacionar algumas questões, uma das quais em relação aos empreiteiros, que investiam e que obtêm lucros, e que deveriam ser os primeiros, a ser participantes, por exemplo, para meios de ajuda na protecção civil que garantissem depois a segurança. Estava a falar de auto-escadas, que compradas na Alemanha em segunda mão, custavam quinze ou vinte mil contos, mas se fossem novas, custavam sessenta ou setenta mil contos, o que era perfeitamente insustentável. Mas quinze mil contos já lhe parecia sustentável, numa gestão tripartida - autarquia, governo central e privados. -----

----- Havia questões, que conforme se ia avançando nos conhecimentos daquela engrenagem, eram questões para trazerem até ao conhecimento e à discussão. Teriam de ter alguma filosofia na área do Social que traga contrapartidas para que o desenvolvimento urbano, que por um lado, estava enquadrado no ponto de vista legal, em determinado tipo de condicionalismo, também teria que trazer alguma forma enfática de vir a galvanizar responsabilidades que tinham, sobretudo na defesa do meio ambiente, na defesa da protecção civil, e no enquadramento daquela matéria. -----

----- Não poderiam continuar a sustentar a ideia de que, ao chegarem ao dia vinte e um de Fevereiro, no aniversário dos Bombeiros, a Câmara dar vinte e quatro mil contos para solucionar os problemas daquela casa. Estavam envolvidas pessoas que davam a vida pela vida, e estavam a defender, que nalgumas condições a solidariedade, naquela matéria não podia nem devia ser exclusivamente institucional. Também teria que ser particular e privada. -----

----- Gostaria de deixar um alerta de que, por exemplo, em relação à recuperação do Centro Histórico de Montemor, quando estiver totalmente concluído, existiriam determinados tipos de preocupações nevrálgicas naquela matéria, que passavam entre outros por acessibilidades a pontos, hoje, quase inacessíveis, que poderão, no futuro, pôr em causa muito do património quer particular, quer municipal. Em relação àquilo terão que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

equacionar soluções, algumas delas urbanísticas, da criação de pequenas brigadas populares de emergência, bolsas de estacionamento, etc. -----

----- Estava já a ser preparado um trabalho em parceria com o gabinete de planeamento integrado, para as colocações de mangueiras e outras formas de socorro imediato, espalhadas em vários pontos do Centro Histórico. Terão também de vir a equacionar outro tipo de viaturas, por exemplo, de eixos mais reduzidos, para passarem em determinados tipos de vielas, e outros sítios que não tinham acessibilidade nenhuma. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Oitava** - Aquela informação prendia-se com a área da educação, mais propriamente com a questão da suspensão de escolas e a efectiva abertura ou não da EBI de Pereira. Todos deviam ter sido confrontados com a leitura nos jornais, do que se falava muito recentemente, da possibilidade de suspensão de algumas escolas do concelho, concretamente as que lhe pareciam que tinham mais condições para serem suspensas. Duas delas, pensava serem inequivocamente aceites - Casais Velhos e Pereira - para a integração na EBI de Pereira, e a outra, a de Vila Nova da Barca, que tinha naquele momento apenas quatro alunos. -----

----- O que estava ali em causa, e que já tinha alertado e levado à Câmara, eram dois pormenores: -----

----- O primeiro pormenor era que em relação a Vila Nova da Barca, tinha pedido ao senhor Presidente da Junta, e em consonância com os pais e com a população, emitisse um parecer para além daquele parecer e daquela sintonia com a comunidade local, a autarquia ter a garantia das soluções alternativas, quer de transportes, quer de horários, quer de beneficiação da requalificação técnico-pedagógica das condições prestadas aos alunos. Se tiverem apenas uma filosofia economicista de redução de escolas também não haveria receptividade por parte do Presidente da Câmara nem do próprio executivo. Se passarem de dezasseis para vinte e um alunos, não irão manter um professor terão que ter dois, por exemplo. -----

----- O segundo pormenor e em relação à EBI de Pereira, quer o senhor Vereador Pedro Machado, quer o senhor Vereador Abel Girão, aos diferentes níveis, tinham tido reuniões quer com o CAE, relativamente a questões funcionais, lançamento das equipas directivas, administrativas, etc., quer com a DREC, relativamente a infra-estruturas e obras. Continuava a haver três preocupações bastante importantes da parte do executivo. Primeira, deveria ser dado seguimento célere a uma lacuna encontrada, e que era o pré-primário não estar integrado dentro da EBI, e a solução ter que ser imediatamente resolvida. Em segundo, as

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

infra-estruturas desportivas complementares ao próprio centro pedagógico escolar terem de ser desenvolvidas. Tinha sido garantido que iria ser feito um pavilhão desportivo anexo à escola.-----

----- Em terceiro lugar, tratava-se de garantir que as acessibilidades estariam disponíveis a tempo e horas. Continuava a ter alguma relutância em ter a certeza de que, independentemente de ver as dermaches da obra, que em Setembro estejam finalizadas. Na devida altura estarão atentos, e achava que deveriam defender inequivocamente e não irão forçar, caso as coisas não estivessem completamente adequadas, para depois virem a ter problemas e situações que viessem a substituir.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Nona** - Informou que, no Dia Mundial do Ambiente, e na sequência de vários telefonemas que vários municípios tinham feito para a Câmara, de contactos tidos com a Câmara de Soure, que também partilhava do mesmo problema da pulverização química nos terrenos agrícolas do Baixo Mondego, e havendo até algumas preocupações efectivas por parte da população que se têm deslocado aos Centros de Saúde, levantou esta questão no decurso da cerimónia oficial.-----

----- Pelos vários motivos, tinha questionado, no Dia Mundial do Ambiente, um representante da Direcção Regional do Ambiente sobre quais as medidas, e as circunstâncias em que naquele momento o Presidente da Câmara de Montemor poderá dizer aos seus municípios, para não se preocuparem, porque as coisas estavam a ser salvaguardadas, quer em termos da aplicação, quer da componente da aplicação que estava a ser feita. Na sequência da notícia que tinha saído no jornal, algumas entidades agrícolas do concelho tinham ficado algo perturbadas, com aquilo que tinham considerado notícias alarmantes. -----

----- Na sequência disso, tinha tido oportunidade de receber os dirigentes da Cooperativa Agrícola, a qual era responsável por grande parte dos voos que estavam a ser efectuados e onde foi informado e entregue um dossier em que era garantido, a não nocividade do que estava a ser aplicado. -----

----- Por outro lado, tinha sido confrontado com um jornalista, que lhe tinha dito que a Associação dos Beneficiários do Baixo Mondego, tinha feito um comunicado em que diziam também que não haveriam perigos e que estava tudo bem. Na sequência destes acontecimentos, gostariam de ouvir a opinião do Presidente da Câmara. A sua opinião, e a que levava ao executivo, era claramente, que não poderia perguntar ao utilizadores se as coisas estavam bem. O que perguntou à DRABL, à Direcção Regional de Saúde e à

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

Direcção Regional de Ambiente que lhe informassem formalmente que todo o processo é transparente, salvaguardador da qualidade ambiental e da vida das populações do concelho. Como a lei não lhe atribuía outras competências, apenas queria saber, como cidadão com responsabilidades, para poder dizer, diante de qualquer munícipe, que a sua preocupação estava salvaguardada, porque tinha pareceres daquelas entidades, que não punham, em causa nada daquilo que acabava de ser dito.-----

----- Mais disse não ter nada contra os agricultores nem contra as associações. Tinha sim a favor da saúde pública da população do Concelho. Continuava à espera, para além daquilo de que, como responsável fazia leitura, era que a legislação aplicada naquela matéria era extremamente lacunar e imprecisa.-----

----- Tinha em sua posse documentos fornecidos por aquelas mesmas entidades, e que lhes poderia facultar, e dentro do conjunto de documentos que tinha sido enviado para a direcção de saúde, onde estavam cópias dos produtos que iriam ser aplicados. Queria apenas que o esclarecessem sobre o assunto, para que transmitisse aos munícipes que poderiam estar descansados, e que não haveria problema algum. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Décima** - Gostaria de dar conhecimento que no próximo dia vinte e seis de Junho, iria haver uma reunião na Câmara de Montemor, com a Associação do Baixo Mondego e Gândaras, onde serão eleitos os órgãos dirigentes daquela Associação, e ao mesmo tempo, e porque coincidia com a disponibilidade da maioria dos presidente de câmara, irá haver uma reunião dos vinte e dois presidentes de câmara, que englobavam um projecto do sistema intermunicipal de abastecimento de água em alta para os vinte e dois municípios que compunham parte da região centro. A Câmara de Condeixa e Penacova, solicitaram, dado estar a haver a reunião do Baixo Mondego a partir das dezasseis horas, que fosse feita também aqui na Câmara aquela reunião. Tinha tido a oportunidade também, de convidar aqueles vinte e dois presidentes de Câmara, para um almoço oferecido pela Câmara de Montemor. Da parte da tarde teriam as duas reuniões, a primeira para a discussão daquele sistema intermunicipal e a partir das dezasseis para a eleição dos órgãos da Associação do Baixo Mondego e Gândaras.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Décima Primeira** - Informou que, tinha recebido uma carta da Casa Civil da Presidência da República, acusando a recepção da carta que tinha sido enviada por esta Câmara Municipal, em quinze de Março de dois mil e dois, e dirigida a Sua Excelência O Presidente da República, sobre a construção da Pista de Remo. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Por se tratar de assunto, que embora relevante, não integra a esfera de competências do Presidente da Republica, foi dela remetida cópia, para o gabinete do Senhor Ministro Adjunto do Primeiro Ministro para seguimento.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- **Primeira** - O Vereador Victor Camarneiro informou que, tinha trazido alguns pontos preparados mas que alguns deles tinham sido já respondidos ao longo da intervenção do Presidente da Câmara, mas existiam outros que gostaria de apresentar.-----

----- Gostaria que lhe fosse informado sobre um eventual transporte que estava a ser fornecido pela Câmara, em colaboração com a Junta de Freguesia para que os munícipes de Casal do Raposo e de alguns lugares daquela zona, viessem às quartas feiras à feira. Não tinham espaço de atendimento, mas eram abordados por várias pessoas que lhes colocavam determinadas questões, sendo aquela uma delas. Teve conhecimento que estaria a ser efectuado um transporte naquele sentido e que haveria já alguns protestos por parte de outros lugares relativamente àquele assunto. Não fazia nenhum juízo de valores sobre aquele assunto. Achava efectivamente que se aquilo acontece deveria ser contextualizado e eventualmente mais generalizado, uma vez que, todos sabiam que alguns lugares do Concelho não tinham a possibilidade de transportes públicos. Pretendia apenas saber se era verdade ou não, e se seria ou não possível estender aquele sistema a outros lugares que sofressem do mesmo problema.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Segunda** - Em relação à Ponte das Lavandeiras, como já tinha percebido, não iria ainda servir aqueles eventos desportivos, que iriam decorrer na Pista de Remo, eventualmente só iria servir a Coupe de La Jeunesse, e mesmo assim, pela complexidade das soluções, pelo menos das que estavam em marcha, tinham que ser destruídas se se avançasse para outras soluções.-----

----- Sugeria que, se melhorasse significativamente o acesso àquela passagem alternativa à ponte, uma vez estar muito perigosa. Principalmente o acesso sul-norte, aquela curva no alto era muito perigosa. Ainda não tinha havido nenhum acidente por sorte. Iriam receber atletas de todo o país que chegariam com atrelados com cerca de treze metros de comprimento, pelo que se poderia criar um percurso alternativo.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Mais disse que, em relação à Ponte das Lavadeiras subscreviam inteiramente o protesto relativo à solução que estava em curso, uma vez que iria ser extremamente penalizadora, especialmente para o lugar de Casal Novo do Rio. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Relativamente ao cruzamento de Quinhendros, já tinham percebido que dificilmente este Verão contaria com aquela solução, porque nesta data começava o Verão, e não sabia se com todos os atrasos verificados, aquela situação seria resolvida, com a celeridade que era desejável, porque o verdadeiro perigo e a morosidade para atravessar começava agora. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Gostaria de informar que relativamente à Coup de La Jeunesse e à inauguração da Pista de Remo, que como todos tinham percebido iria ser inaugurada à posteriori. Na sua opinião, qualquer inauguração não poderia deixar de fora algumas pessoas que foram fundamentais em todo o processo, especialmente o Eng.º Macário Correia, que tinha sido, na altura, o Secretário de Estado do Ambiente, que tinha viabilizado o arranque do processo. Admitia que a actual maioria não tivesse todos aqueles dados, mas considerava uma grande oportunidade de fazer aquele convite, para além de o estender a outras personalidades. -----

----- Relativamente à Coup de La Jenesse, pensava que a conferência de imprensa que ia ser feita, e uma vez que se convidavam os presidentes da câmara da Figueira da Foz, de Coimbra e de Soure, pela proximidade, dever-se-ia convidar o Presidente de Câmara de Condeixa, uma vez que tinham uma proximidade ao complexo náutico idêntica ou até superior a Coimbra ou Figueira da Foz. -----

----- Para além daquele Presidente de Câmara, dever-se-ia estender o convite ao Presidente da Câmara de Cantanhede, podendo a Câmara de Montemor fazer também um serviço de promoção e de gentileza em relação aos Presidentes de Câmara envoltos ao Concelho de Montemor. -----

----- Gostaria de manifestar a sua expectativa e confiança de que o processo da Coup de La Jeunesse, estivesse a ser devidamente acautelado, embora considerasse que alguns dos timings e etapas estavam a começar a ser esgotadas, especialmente os da promoção e apelar para uma grande mobilização, inclusive para o próximo fim de semana, para os campeonatos nacionais. -----

----- Sugeria à Câmara Municipal, a exemplo do que tinha feito ultimamente, a mobilização de escolas, dos alunos, para algumas iniciativas, para que, pelo menos no

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

Sábado e no Domingo, fosse feita uma grande mobilização, também junto das IPSS'S que tivessem ATL, para que assistissem às provas, o máximo de crianças e jovens possível. -----

----- Disse ainda que, aquela dinâmica do remo, no Concelho de Montemor teria que ser ganha, porque se não serão eles próprios a não utilizar aquele recurso. Por outro lado, terão que dar o exemplo a todo o País, e depois da Coup a todos os países que viessem competir, de que estavam mobilizados à volta do remo. Pela primeira vez em Portugal, se iria poder assistir ao remo em condições de excelência, ou seja, o nível competitivo que se podia assistir a uma prova numa pista ou num lago, seria muito diferente. Poderão acompanhar as provas, com alguma emoção, todo o aspecto competitivo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - Solicitava um pedido de informação em relação a uma abordagem que lhe tinha sido feita por um munícipe de Pereira. -----

----- Foi-lhe dito que tinha havido, relativamente a um projecto anterior da eventual piscina de Pereira, alguns problemas no processo que teriam inviabilizado o seu prosseguimento e que teriam sido dadas algumas justificações, especialmente do Presidente da Câmara, no sentido de que alguns aspectos concretos do projecto não tinham sido tratados convenientemente. -----

----- Pensava ser importante fazer o ponto da situação, porque quer queiram, quer não, e eles próprios tinham apresentado em sede de Plano de Actividades, que Pereira fosse contemplada coma a perspectiva da execução de um projecto para uma piscina, mas a população tinha aquela expectativa e seria interessante que ficassem todos a saber quais tinham sido as razões que tinham inviabilizado o projecto anterior. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Tinha entregue ao Senhor Presidente da Câmara um documento para a eventualidade de um plano Municipal para a toxicodependência. Era um assunto que gostaria, se o executivo considerasse oportuno, que a Câmara Municipal, em pareceria com as Instituições e com as Entidades que intervinham no Concelho, se candidatasse àquela possibilidade, e ao mesmo tempo estabelecesse uma estratégia para um debate à prevenção da toxicodependência no Concelho, e se pudesse agendar aquele assunto para uma próxima reunião de Câmara. -----

----- Mais disse que para se conseguir a sua aprovação, teriam que ser muito céleres nas tomadas de decisões, mas em termos de política geral seria interessante. Existiam informações contraditórias sobre a situação da Associação Diogo Azumbujo, etc. e achava que seria oportuno que pudessem agendar um ponto de esclarecimento, e pensava que o

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

Vereador Pedro Machado também poderia ajudar e colocar as coisas no seu devido lugar e explicar a todo o executivo e a quem estivesse interessado qual o ponto de situação, as perspectivas e o plano estratégico. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sétima** - Julgava ser oportuno discutirem também um programa de apoio às IPSS'S. Aquele ponto tinha-lhe sido suscitado pelo ponto que constava na ordem de trabalhos, relativamente aos grupos de teatro e tinha verificado que efectivamente já haviam políticas de apoio concretas para as Associações Desportivas, para os grupos de Teatro e para as Filarmónicas. Como o Concelho tinha treze ou catorze IPSS'S importantes, que tinham uma posição relevante ao nível da economia e fundamentalmente ao nível da intervenção social, e como já iam no sexto mês depois da tomada de posse do actual executivo, e as IPSS'S continuavam, apesar de uma reunião muito cordial, interessante, que tinha sido feita e que tinha dado para analisar quais eram as expectativas e as ansiedades das IPSS'S e a posição da Câmara Municipal, mas valeria a pena, quanto antes tornar a situação clara e criar situações de igualdades para todas. -----

----- Ainda em relação às IPSS'S gostaria de manifestar o descontentamento pela forma como tinha sido substituída a Directora da APPACDM de Montemor. Tinha tido conhecimento e tinha tido também oportunidade de subscrever o manifesto de protesto, e gostaria que ficasse claro, que não tinha nenhum interesse, nem queria ingerir na filosofia de gestão da APPACDM, que era uma Associação credível e importante, a nível distrital e nacional, mas a verdade era que aquele centro tinha sido construído em Montemor-o-Velho, num acordo entre a Câmara Municipal, a Associação Fernão Mendes Pinto, que na altura cedeu o terreno que a Câmara Municipal na altura tinha expropriado para si própria, e a APPACDM. -----

----- Disse ainda que a Directora, que estava naquele centro sempre tinha defendido a APPACDM, por vezes até ao limite do razoável, tinha feito um trabalho de grande resistência e de trabalho com o Concelho de Montemor, e sem qualquer razão foi simplesmente proibida de entrar no Centro sem qualquer tipo de justificação. Aquele descontentamento era mais por solidariedade pessoal e não por questões de carácter institucional. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Oitava** - Em relação à Galiza gostariam de manifestar a satisfação. A Galiza era efectivamente uma linha natural de relacionamento com a nossa região, ao contrário do que se possa dizer. Tinha sido falado em Diogo Cao, que era de origem galega, o concelho de Montemor tinha tido um grande protagonismo por altura dos descobrimentos, do Infante

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

D. Pedro, de D. João II, etc., e aquela relação com a Galiza era extremamente interessante, tanto mais que, podia ajudar a perceber melhor a nossa própria história. -----

----- Mais disse que o reconhecimento que o Cermar e o próprio Professor Alfredo Pinheiro Marques poderão ter naquele processo, para eles provoca-lhes um certo contentamento, porque há muitos anos que tem vindo a intervir no Concelho de Montemor, e nem sempre com o reconhecimento que lhe deveria ser devido. Era uma figura de grande prestígio internacional, não era uma figura pacífica, era uma figura que tinha alterado a história. Aprendíamos determinados conceitos, e numa determinada altura havia uma pessoa que dizia que afinal não tinha havido Escola de Sagres, mas sim os Descobrimentos a partir da Região Centro de Montemor, através da Ria de Montemor, a primeira construção de caravelas tinha sido feita em Verride, havia um conjunto muito grande de personalidades muito importantes à volta do Concelho de Montemor e que investigavam há muito tempo, e nem sempre tinham aproveitado, da melhor forma, o potencial que eles representavam. Não havia duvida nenhuma que era pela Cultura e pela História, pela afirmação do nosso passado, do nosso património, que poderemos afirmar o Concelho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Nona** - Tinha-se falado na questão do INEM e dos Serviços de Emergência prestados pelos Bombeiros. Pessoalmente quando tinha sido proposta a atribuição de um subsídio mensal de dois mil contos, tinha ficado disponível para serem aprovadas maiores contrapartidas aos Bombeiros. Tinha que ficar claro, quais as contrapartidas que os Bombeiros também davam à população. Dava como exemplo, um caso pessoal, em que por duas idas ao Hospital, os Bombeiros lhe tinham cobrado vinte e quatro mil escudos. Parecia-lhe não corresponder aquele espírito de solidariedade, ou de serviço público. Uma daquelas deslocações foi feita pelo INEM. Felizmente e apesar de tudo, ainda conseguia suportar em duas idas ao hospital vinte e quatro mil escudos, mas admitia que uma boa parte da população do concelho de Montemor, especialmente idosos, podiam não o conseguir fazer. Na altura tinha achado muito estranho, tinha ficado com algumas duvidas, tinha tentado questionar sobre o assunto, mas não tinha ficado esclarecido. Quando se falava em bombeiros voluntários, em serviço de protecção civil, devemos enquadrá-los numa forma mais ampla. Não só as contrapartidas que eram devidas aos bombeiros e aí julgava que se deveria apoiar até ao limite das suas capacidades, mas também perceber quais eram as contrapartidas que os bombeiros podiam oferecer à população. Tanto mais que estavam sempre a solicitar a presença dos bombeiros, não só por questões de ordem pessoal, saúde, urgência, mas também para questões de ordem institucional, e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

normalmente os serviços eram extremamente caros, às vezes mesmo insuportáveis para as organizações.-----

----- Já tinha tido a oportunidade de referir, reafirmava que a Câmara poderia tentar perceber melhor qual seria a forma de minimizar os impactos do funcionamento dos bombeiros junto das populações, especialmente em situações de emergência.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Décima** - Em relação às contrapartidas inerentes aos loteamentos, também já tinha falado daquele assunto mais do que uma vez, e estava perfeitamente de acordo, porque havia uma política de urbanização, havia uma alteração paisagística, ambiental e estrutural, a partir do momento em que Montemor estava a ser muito procurado para construção, especialmente de habitação. Era obvio que aquilo que já tinha sido dito por algumas vezes e tinha sido novamente manifestado pelo Presidente da Câmara, deverá ter um carácter de urgência. Terão que perceber que tipo de contrapartidas, quer ao nível da segurança, quer ao nível do ambiente e da ecologia, quer ao nível da estrutura de carácter social, cultural e educativo e outras, lúdicas até, que podiam ser exigidas ou colocadas como moeda de troca para aquela urbanização que, esperava não ser excessiva, que estava a assolar o concelho de Montemor.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Décima Primeira** - Quanto à questão da avioneta, ele próprio tinha sido confrontado por alguns agricultores, com os quais felizmente tinha uma boa relação, e ao ser confrontado com o assunto, tinha ficado com uma grande dúvida. A primeira era a dúvida, que não era dúvida, sobre a sua posição relativamente ao assunto, que aliás era muito parecida com a posição do Presidente da Câmara. -----

----- Já tinha uma vez falado sobre o impacto que os produtos químicos, poderiam ter sobre as populações do Vale do Mondego. Sempre tinha dito e tinha duvidas se o que estava a ser feito, estava nos domínios do legal ou não. Por outro lado, a sua simpatia para com uma boa parte dos agricultores que conhecia muito bem, e sabia que eram excelentes empresários, pessoas disponíveis para colaborar com o desenvolvimento do Concelho, e que normalmente eram confrontados com as circunstâncias, pensava que muitas vezes que a mensagem era mal transmitida. Daí que lhe parecia que, a questão que já ali tinha sido falada, justificava uma relação muito estreita entre o município e as organizações da agricultura. Lançar o debate sobre a multifuncionalidade do Baixo Mondego, considerava que era cada vez mais urgente. Terão que se entender todos, e porque não a Câmara Municipal requerer a sua participação na Associação dos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego, porque tinha direito a participar, só que nunca tinha sido exercido esse direito, de reclamar a sua participação e poderem começar a falar de um Vale do Mondego com um aspecto multifuncional. Agricultura sim, com regras, e outro tipo de actividades. Ainda por cima agora, e pensava que o Presidente da Câmara teria que lidar com a situação com uma certa habilidade, porque se não conseguir ultrapassar aquele diferendo, poderá ter alguns aspectos desagradáveis, em termos de imagem do próprio concelho, na altura das provas da Pista de Remo, etc. -----

----- Aquando do lançamento da obra, os agricultores manifestaram-se da forma como todos sabiam, e também aquando da assinatura do emparcelamento da Ereira, aconteceu uma situação idêntica. Pensava ser possível e desejável combater aquele tipo de "ruídos" que pudessem existir, especialmente se houvesse uma relação muito estreita entre a Câmara Municipal e a Agricultura. Daí que, naquele caso concreto, tinha receio, embora tenha percebido ter havido uma alteração no modo de funcionamento da avioneta, em relação aos anos anteriores, para aquele ano. Ela já não estava a passar por cima da vila e das povoações. Agora em relação à forma cirúrgica como distribui os produtos e qual o índice de toxicidade dos produtos, não poderia adivinhar. Daí pensava ser importante esclarecer e concertar com os agricultores alguns aspectos em relação àquela situação. ----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Décima Segunda** - Referiu ainda que o encerramento das escolas não o tinha apanhado de surpresa. Era evidente que a EBI de Pereira, com a sua abertura, Casais Velhos e Pereira encerravam. Quanto a Vila Nova da Barca só tinha dúvidas se aquela escola também encerrava para as crianças irem para Pereira, que era uma das soluções que inicialmente se colocava e que era que as crianças de Vila Nova da Barca, Reveles e até Verride e Abrunheira fossem para Pereira, mas depois de uma conversa com o Vereador Pedro Machado, tinha percebido que não era aquele o objectivo. -----

----- Mais disse que com a notícia da construção do Pavilhão Desportivo, anexo à escola, considerava ser uma excelente notícia. Deixava o desafio para que os serviços e, a actual maioria, pudessem acertar, em definitivo, com a Associação Cultural de Pereira, uma solução para aquele espaço que tinham, com etapas, mas que melhore as suas condições, de curto prazo, e que se possa desenvolver um projecto médio e longo prazo, adequado às necessidades de Pereira, partindo do princípio de que a questão do Pavilhão de Pereira era uma assunto resolvido. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- **Décima Terceira** - Tinha uma opinião já há muitos anos, em relação à Associação do Baixo Mondego e Gândaras. Considerava que aquela associação sempre tinha sido mais uma associação de presidentes, e numa segunda fase já não eram presidentes, eram vice-presidentes ou de vereadores e depois numa outra fase já era de Directores de Departamento e de outros representantes dos municípios. Julgava que aquela associação nunca tinha tido um grande impacto ao nível do Baixo Mondego e Gândaras, nem nunca tinha conseguido criar um sentimento de unidade naquela sub-região. Apelava para que, com novos protagonistas, aquela associação pudesse ter um outra dinâmica, pudesse implicar a própria sociedade civil e as organizações, para criarem e gerarem entre si um sentimento de pretensão de sub-região, e que era uma sub-região importante e com grande potencial, e onde, inclusive algumas iniciativas de carácter turístico, cultural, ambiental e históricas pudessem ser levadas a cabo. -----

----- Era da opinião de que se devia gerar uma verdadeira "geminção" e um verdadeiro intercâmbio permanente em termos de sub-região.-----

----- Numa reunião na ADELO, tinham sido colocadas algumas das questões àqueles níveis e que se traduziam na criação de várias entidades entre vários municípios, para que depois os possam promover no exterior. Pensava que um município por si só, não conseguia fazer nada.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES----- ----- DO VEREADOR EMÍDIO FIDALGO-----

----- **Primeira** - O Vereador Emídio Fidalgo informou que estava perfeitamente solidário com o que o Vereador Victor Camarneiro tinha exposto. Havia alguns anos tinha levantado a questão dos bombeiros voluntários e tinha sido perfeitamente mal interpretado e mal entendido na Assembleia Municipal, mas as coisas tinham vindo a dar-lhes cada vez mais razão. Tinha sido sempre da opinião de que, se podia e devia apoiar instituições daquela natureza, mas teria que haver, de algum modo, regras. Lembrava-se que naquela altura, na Carapinheira se tinha levantado um movimento, e foi naquela altura que teve conhecimento de um abaixo assinado que acabou por não resultar, que as coisas não estavam a correr nas melhores condições.-----

----- Julgava e tinha feito mesmo o pedido, que o Presidente da Câmara, como mediador e como autarca, desse alguma ajuda, nomeadamente no bom relacionamento dentro das instituições, para que quem quer que fosse, sáisse beneficiado e houvesse um atendimento rápido, nomeadamente os municípes do concelho.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Era uma questão que já tinha levantado algumas vezes, e que numa das ultimas reuniões, tinha tido a oportunidade de perguntar como estava a obra da estrada trezentos e trinta e cinco, que ia do cruzamento da Lavariz até ao limite do concelho. Tinha perguntado naquela reunião, nomeadamente qual era o prazo de execução da obra. Entendia e aceitava que os trabalhos a mais, da obra em curso, se prolongassem no tempo, mas havia uma coisa que não aceitava. Era que desde aquela altura a esta parte, a única grande evolução que houve naquela obra tinha sido apenas a continuação das valetas em betão e o empedramento na zona da Carapinheira, que julgava, que ainda não estava acabado. -----

----- Gostaria de alertar de que, aquela obra, ainda tinha muita coisa para ser feita. Era só percorrerem a obra, e verificarem que em relação aos pavimentos havia zonas em que nem sequer tinha levado o primeiro pavimento, a zona do Amieiro e Arazede ainda não tinha levado literalmente nada. Dava-lhe a entender, pelo que tinha visto, e tinha percorrido a obra insistentemente, que havia um desfasamento naquela obra, em relação a outras do concelho, nomeadamente àquela que tinham na sede do concelho, em que os trabalhos estavam a decorrer, de uma forma evidente e clara, com desenvolvimento a olhos vistos. Em relação à obra da trezentos e trinta e cinco, aquela estava a morrer no tempo. -----

----- Também gostaria de alertar, porque julgava que as valetas não estavam todos ainda executadas, e se estivessem, alguma coisa estrava mal naquele projecto, e dizer também que a obra de arte das valetas em betão, qualquer semelhança era pura coincidência. -----

----- Tinham percorrido a estrada que ia do Amieiro à Bunhosa e em relação às valetas, gostaria que verificassem a forma como o empreiteiro tinha feito as valetas em betão. Considerava que ficava mal uma obra daquela envergadura, daquela natureza e com aquele valor, uma estrada principal, naquele eixo que ia para Cantanhede, pela forma como estava a ser feita. -----

----- Gostaria também de saber o porquê da obra estar atrasada, o porquê do empreiteiro naquele momento e de há um mês àquela parte, a única coisa que andava a fazer era a sub-empregada da Carapinheira, nomeadamente os passeios. O que estava a acontecer era que todas aquelas pessoas perguntavam insistentemente, se a obra ficava assim, se já não havia mais tapete, para além de, na Carapinheira e, em relação à forma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

como se estavam a desenrolar as obras, com muita forma, inclusive aos Sábados e Domingos e feriados.-----

----- Parecia-lhe também que a fiscalização da obra não estava a funcionar muito bem, uma vez que existia montes de pedras e resíduos que dificultavam a passagem dos carros na via. -----

----- Não ia deixar esquecer aquela obra, pois considerava que empreiteiros mais pequenos, com obras idênticas no nosso concelho, tinham as coisas bem feitas e que se podiam ver. A única dúvida que tinha, na obra da Bunhosa era em relação a algumas cotas, das inclinações, nomeadamente das valetas. Se olhassem para as valetas existentes na Bunhosa e depois para as existentes na Carapinheira, que sendo numa zona histórica, numa zona habitacional, e urbana como eram a Carapinheira e Arazede, era vergonhoso, em termos de obra, ver-se aquele tipo de execução nomeadamente nas valetas. Parecia-lhe que a obra estava parada, a única que via avançar naquela obra, com o tempo que estava a correr, colocar o betuminoso era uma coisa rápida. Quando saíam do concelho de Cantanhede e entravam no concelho de Montemor-o-Velho tinham ali duzentos metros que eram uma vergonha e toda a gente falava naquela situação. Pensava que era uma das primeiras coisas que deveria ter sido feita, uma vez que ficava logo a ligação feita, pois tinham o encontro da via rápida que dava acesso à própria auto-estrada. -----

----- Pensava não ser impeditivo aquela alternativa que o Presidente da Câmara tinha dito que estava perfeitamente de acordo, em relação à rotunda da Carapinheira, nomeadamente na Lavariz, para que a restante obra estivesse concluída, porque se não, acabava-se o verão e a obra não estava concluída. Previa mesmo que a obra, só para Setembro ou Outubro, estivesse em condições de poder ser recepcionada se de facto levar uma implementação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. ----- .

----- INFORMAÇÕES-----

----- DO VEREADOR ANTÓNIO RAMALHETE -----

----- **Primeira** - O Vereador António Ramalhete informou que, tinha várias questões a colocar, mas que já tinham sido informadas aquando da intervenção do senhor Presidente, pois eram assuntos que preocupavam a todos. -----

----- Em relação à via rápida de Arzila e do seu seguimento, não queria que o senhor Presidente continuasse a dizer que queria uma solução, independentemente de qualquer que fosse ela. Era lógico e todos sabiam que tinha havido uma grande tentativa para que a via rápida fosse desviada para Anobra. Houve uma tentativa inicial e aquela era uma das

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

tentativas que o senhor Presidente tinha dito que, independentemente das várias alternativas que pudessem existir, o que interessava era que uma fosse para a frente. Era lógico que no tocante àquela zona, iriam ser altamente prejudicados, se realmente a via rápida chegasse a Arzila e contornasse o paul de Arzila até Anobra, como sabiam que de certa maneira, tinha havido muita gente a fazer força para que tal acontecesse. Esperava que realmente o senhor Presidente continuasse a envidar todos os esforços para que se resolvesse o problema, mas que se resolvesse a contento do nosso concelho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Em relação à EBI de Pereira, tinha lá estado no Domingo e contrariamente ao que o senhor Presidente pudesse ter conhecimento, considerava que a obra estava muito atrasada. Era lógico que com os materiais que existiam hoje em dia, se poderiam aplicar de um momento para o outro. -----

----- Uma outra preocupação que tinha, e pela qual já tinha sido abordado pelos pais das crianças, eram as escolas que iriam fechar. O transporte seria garantido pela Câmara Municipal, ou seja pelos serviços da própria EBI, tratava-se de três ou quatro crianças. Como eram tão poucas crianças, esperava que não viessem no futuro a ter qualquer tipo de problemas, como tinham tido há trinta anos atrás, em que as pessoas tinham que ir a pé apanhar o comboio a Pereira, para tratar de assuntos em Coimbra. Pensava que de certa maneira aquela questão iria ficar salvaguardada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Em relação ao Pavilhão de Pereira, teve muita pena de não ter estado no almoço de entrega dos prémios do torneio que houve naquela vila de Pereira. Tinha sabido por intermédio de outras pessoas, que o senhor Presidente na sua intervenção, tinha dado algumas expectativas em relação à melhoria, e até à análise do projecto, e as pessoas estavam convencidas de que o projecto que existia naquele momento seria para ir avante. Aquilo contradizia um pouco, a ultima intervenção que o senhor Presidente tinha dito na ultima reunião de Câmara, de que era apologista de todo o tipo de infra-estruturas desportivas junto da EBI. A imagem que tinha passado aquando da intervenção do senhor Presidente de Câmara não tinha sido bem aquela, e era bom que realmente não se andasse a fazer algumas promessas não sustentáveis. -----

----- Quanto à informação do senhor Presidente, que não podia precisar, por não ter estado presente, em que o senhor Presidente tinha dito, ou quem lhe tinha vindo dizer podia ter alterado, tinha sido sonogada alguma informação proveniente do IND e que não tinha sido respondida. Não sabia se tinha fundamento ou não. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que se pegasse no processo do Pavilhão, quando tinham falado há quinze dias atrás, e em determinada altura e aconselhava-o a ver as datas, havia uma deliberação de um pedido de esclarecimento cuja cópia do ofício estava no processo. Nunca tinha havido resposta.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que aquela situação não correspondia à verdade, até porque estava na associação, na altura, como vice-presidente da Associação. Tinha estado no dia anterior na Associação de propósito para preparar. Por capricho de alguém, e como sabiam aquela situação não era de agora, porque tinha havido um desentendimento em relação a camaradas seus. O documento tinha ido para a Associação, no qual constava vários itens para responder, só que a Direcção da Associação tinha entendido que não devia responder a esses quesitos, enquanto não fosse dado o direito de superfície à Associação, que era o primeiro ponto daquele documento. Não era verdade que o documento não tinha chegado à Associação. Tinham de estar ali também com uma certa clareza, independentemente de serem pessoas do seu partido, tinham de ter princípios e não podia concordar que se continuasse a ouvir acusar pessoas que tinham passado naquela casa.-----

----- Aquele documento chegou a Pereira e se informações não tinham sido dadas, tinha sido por não quererem. Continuavam a ter a imagem de que o projecto lá estava e que ia ser valorizado.-----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que haviam duas realidade distintas:-----

----- Em relação ao pavilhão verificavam que não tinha qualidade funcional. Havia duas circunstâncias que eram claras:-----

----- Primeiro, aquele pavilhão assim como o das Meãs tinham que forçosamente ter uma solução digna que integre alguma funcionalidade, porque o próprio clube desportivo estava naquele momento com práticas lá. A questão de fundo e que seria aberrante, era trazer as populações das escolas a virem aquele pavilhão.-----

----- A associação que era a dona daquele pavilhão tinha a colaboração da autarquia para, pelo menos, dar condições dignas à pratica desportiva e da competição que o próprio clube representava na vila de Pereira.-----

----- Em termos claros de infra-estrutura que ia servir a formação escolar, não era solução. Pensava ser um erro claro de egoísmo em pensar-se levar as crianças das escolas para uma infra-estrutura que eles, adultos, consideravam inaceitável, em termos da sua utilidade.-----

----- A pedido do Presidente da Câmara, tomou a palavra o Arquitecto Pinheiro para prestar alguns esclarecimentos dizendo que, pegando na parte final, em treze de Setembro

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

de dois mil, a Câmara tinha comunicado todas as deficiências do projecto, sendo as principais o documento comprovativo da legitimidade do requerente, e o ponto dois do mesmo ofício, que era a aprovação da localização pela Comissão de Coordenação da Região Centro. Numa situação normal, aquelas duas situações levavam logo à rejeição preliminar do processo. Tratando-se de uma Associação tinha-lhes sido comunicado, para que no prazo de trinta dias procedessem à regularização do processo. Um ano depois, a Câmara informou, dado não ter sido dado cumprimento ao solicitado no referido ofício, deveria ser proposto a rejeição liminar do processo. Era aquele segundo ponto que o Presidente se referia, que tinha tido despacho do Vereador em dezasseis de Outubro de dois mil e um, tinha rejeitado liminarmente o processo, o ofício que deveria comunicar ao requerente aquela rejeição nunca tinha saído. -----

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que também tinha tido o cuidado de analisar o processo. Segundo informações dos serviços não tinha sido possível a Câmara atribuir o direito de superfície porque os terrenos ainda não eram da Câmara. Já tinham tentado resolver o assunto e, ou porque não conheciam as pessoas, ou porque eram muitas, tinha havido algumas dificuldades em transferir o terreno para a Câmara, e por essa razão é que o processo não tinha avançado. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, em relação à legalização dos terrenos pedia à senhora Directora de Departamento que, em conjugação com o síndico da Câmara tentassem solucionar com alguma urgência aquela matéria. Primeiro que se encontrem os donos formais dos terrenos, para poderem depois intervir numa outra fase. -- -----

----- Respondendo às questões já levantadas gostaria de dizer que, em relação à APPACDM, logo no momento em que tinham ocorrido as circunstâncias tinha sido posto ao corrente e tinha intervindo. Tinha também uma audiência concedida aos responsáveis da APPACDM, que tinham ficado de vir a Montemor para explicarem aspectos de funcionalidade da APPACDM de Montemor, e onde esperava ser esclarecido formalmente do que se tinha passado. -----

----- Em relação às IPSS'S, que o senhor Vereador Victor Camarneiro falou, de facto para além da reunião que tinha sido feita, e particularmente na questão que dizia respeito a uma intervenção mais eficaz por parte da Autarquia no apoio às IPSS'S. Estava naquele momento a decorrer um trabalho que, estava numa ultima fase, que irá ser muito brevemente lançado junto das IPSS'S, que trabalhavam mais junto da terceira idade que se chamava: " Envelhecer melhor dá mais vida aos anos", que era um projecto de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

animação desportiva com as pessoas da terceira idade, sobretudo junto dos lares da terceira idade e doutras infra-estruturas que naquele momento davam apoio a pessoas com idade avançada. Aquele processo estava a ser desenvolvido entre o Pelouro do Desporto da Câmara, o Delegado de Saúde para acompanhamento e também irá envolver o Centro Regional de Segurança Social, bem como as IPSS'S, nomeadamente as que têm Centros de Dia, que têm lares, etc.. -----

-----Era um projecto que esperava levar à Câmara brevemente, dia três e quatro de Julho haveria reuniões agendadas quer com o Centro Regional de Segurança Social, quer com as IPSS'S que tinha citado, para em Setembro formalizarem o projecto e como Outubro era normalmente o mês do turismo sénior, em que muitos daqueles idosos estavam envolvidos, a intenção era a partir de Novembro lançarem aquele projecto no terreno. Aquele projecto estava a ser acompanhado pela área da saúde, pela área da Segurança Social e pela área do Desporto da Câmara. Era evidente que não seria com facilidade que se iria pôr as pessoas de idade a ocuparem tempos livres com educação física e com ginástica. Era bom já terem, por exemplo uma piscina para os colocarem em tanques de água, para combate à inércia que se verificava e que o afligia também como cidadão. Por vezes visitavam lares de terceira idade, centros de dia que, apesar de estarem muito arejados e muitos higiénicos, as pessoas pareciam pacotes parados a olharem somente para os televisores sem nada que lhes desse condições de cidadania a que tinha direito. -----

-----Mais disse que aquele projecto estava avançado, naquele momento estava a requerer pareceres junto da área da saúde porque era evidente que irão ter grupos homogéneos. Por exemplo: irão ter pessoas que primeiro terão que ter rastreio clínico, porque se tiverem pessoas que sofram do coração, era evidente que não poderiam fazer ginástica de uma determinada maneira. Uma outra faceta era mais de intervenção da finalidade social, de solidariedade, etc., tendo o Senhor Vereador daquela área ficado incumbido de, em termos de estudo e até de uma grelha participativa em projectos que sejam de dinâmica local e até inter - municipal, que venham a ter uma outra intervenção numa matéria mais clara. Teriam que olhar para as IPSS'S num conjunto plurifacetado: existia a terceira idade, a infância, a juventude, os tóxicodependentes, os deficientes, os desfavorecidos, etc., e isso terá que ser analisado mais em pormenor. -----

-----Uma outra informação que, há pouco não tinha dado mais concretamente, e pensava que sobretudo para eles, na questão de Pereira o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, tinha informado que o acto público da abertura de propostas ao concurso público para a execução do estudo prévio relativamente ao lanço que têm vindo a falar

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

entre a vila e Montemor, lançado pelo Instituto de Estradas de Portugal, em sintonia com a Auditoria Ambiental, e enquadrados nos trabalhos decorrentes da Comissão Mista de Coordenação para a elaboração do plano de ordenamento a reserva Natural do Paul de Arzila, deveria ocorrer muito brevemente. -----

----- Aquele estudo avaliará as seguintes alternativas de traçados: variante paralela ao caminho de ferro, variante coincidente com a estrada nacional trezentos e quarenta e um e variante a sul do Paul e que era a que não pretendiam. -----

----- Referiu mais uma vez que, em relação à APPACDM continuará a defender a Instituição e dizer claramente que a atitude tomada era inequivocamente, do seu ponto de vista, antidemocrática, retrógrada, impensada e sobretudo não comungava sequer minimamente dos interesses institucionais de colaboração entre a APPACDM e a Câmara de Montemor-o-Velho. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, gostaria de prestar alguns esclarecimentos em relação a algumas situações que lhe tinham sido postas. Relativamente à questão da Câmara poder participar na Associação de Agricultores do Vale do Mondego achava que poderiam reclamar porque tinham aquele direito. A Câmara tinha três lotes no Baixo Mondego e poderia dizer que um dos lotes era na freguesia de Montemor-o-Velho, com quase um hectare, um outro lote tinha mil e trezentos metros quadrados, e um outro que ainda não tinha sido recebido tinha dois mil e tal metros quadrados, a entrega deste lote esteve programada para o dia dezassete de Fevereiro de dois mil, e não tinha comparecido ninguém da Câmara para o receber, estava já a tratar daquele assunto, e iria recebê-lo para a semana. -----

----- Sobre a questão da EBI, irá responder em simultâneo ao Vereador António Ramalheite e Victor Camarneiro, e dar o ponto de situação relativamente àquela escola. Tinha feito uma visita, com o Senhor Engenheiro Miranda à escola, em conjunto com o empreiteiro responsável pela construção da escola, com o fiscal da obra e com o próprio Director da DREC, e tinham estado a analisar as várias situações, na parte que era responsabilidade da Câmara e na parte da construção. -----

----- Relativamente à construção era de opinião que, de facto estava muito atrasada, e a empresa tinha sofrido algumas dificuldades financeiras. Os responsáveis da empresa tinham assegurado ao Director da DREC que iriam ter a escola pronta, e como tal a câmara terá que ter prontas todas as infra-estruturas, pelas quais se tinha comprometido. A parte das águas iria ser feita pela Câmara Municipal, o saneamento, havia um compromisso com o loteador da Prolote, a primeira fase do loteamento estava apenas dependente da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

aprovação da ETAR, tendo-se comprometido que até Setembro teria tudo concluído. Relativamente à electricidade, era da responsabilidade do loteador Urbipereira, todos os processos estavam em andamento e esperavam que na devida altura tudo estivesse a funcionar. Quanto à ligação em baixa tensão do posto de transformação da Urbipereira até à escola, estava ao serviço da EDP. Se não conseguissem que a Urbipereira colocasse energia no posto de transformação, a Prolote tinha um posto de transformação já com energia, que poderia ceder provisoriamente à escola. -----

-----Mais disse que, em relação às questões colocadas pelo senhor Vereador Emidio Fidalgo relativamente à trezentos e trinta e cinco, tinha também muita razão naquilo que dizia, aquele empreiteiro poderia ser considerado, no momento, o pior empreiteiro que tinham, tanto em qualidade de execução, como em sinalização, como em limpeza. Aquelas questões já tinham vindo a ser analisadas, a fiscalização tem chamado a atenção do responsável pela obra, que as coisas não estavam a correr bem. Estava a receber muitas queixas dos munícipes, e o que pedia era que o fizessem por escrito para poderem terem no processo e contestarem. -----

-----Sobre a questão das valetas, eram realmente de péssima qualidade, o método de fabrico era totalmente diferente, um método manual, enquanto o método usado na Bunhosa e Amieiro era com uma máquina, e por isso ficavam mais perfeitas. -----

-----Mais disse que, em relação aos passeios tinham havido alguns problemas com o revestimento das calçadas que estavam a ser feitas, estavam a ser feitas com pó de pedra, e era aquilo que estava no projecto, e não podiam obrigar o empreiteiro a colocar cimento. -----

-----Tomou novamente a palavra o presidente da Câmara dizendo que, tinha dado a possibilidade às duas Juntas de Freguesia – Arazede e Carapinheira - de escolherem a calçada que preferissem. O que lhe tinha chegado era que em Arazede a informação tinha vindo da Junta de Freguesia, mas os membros da Assembleia de Freguesia não tinham tido conhecimento, e alguns deles agora sabiam que as coisas iriam ser diferentes, e gostaria de salvaguardar o Vereador e a Câmara que tinha sido da opinião que se deveriam consultar as Juntas de Freguesia. Pressupuseram que as Juntas fizessem a sua consulta natural dentro do seu meio, o que não tinha acontecido em Arazede. -----

----- Voltou a usar da palavra o Vereador Abel Girão, dizendo que tinham sido um pouco exigentes em perguntar às Juntas de Freguesia qual era a situação que pretendiam, em terem exigido que as intenções fossem reduzidas a escrito, o que aconteceu. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Usou da palavra o Vereador José Marques, dizendo que no sentido de descansar o Vereador António Ramalhete em relação à variante Taveiro /Granja. -----

----- Por força da Câmara de Montemor, na pessoa do seu representante e da Câmara de Coimbra, de alguma forma foi alterada a cartografia que não previa a abertura de um corredor para passagem da futura continuação. O plano foi alterado pela Reserva Natural do Paul de Arzila, tendo saído nova cartografia e estava previsto o corredor, o que de alguma forma os descansa. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, o senhor Vereador José Marques tinha dito para ficar descansado, mas não era só ele que o ficava, eram todos eles. Gostaria de colocar uma questão: Em relação ao projecto que tinha voltado para apreciação do IPPAR, em relação à curva da Misericórdia, uma vez que o projecto estava em conclusão, gostaria de saber se aquilo era cortado, ou não? Gostaria de saber qual o ponto da situação. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, o que estava feito era só a fundação, e entretanto tinha-se decidido consultar o IPPAR. O IPPAR tinha dado um parecer para alterar o projecto, o projecto estava alterado, a curva tinha sido alargada e não tinham ocupado todo o espaço que tinham direito. Estavam agora à espera que o IPPAR se prenunciasse sobre o assunto. -----

----- Retomou a palavra o Vereador António Ramalhete perguntando se seria então possível, que o corte se viesse a concretizar. -----

----- Tomou novamente a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo lamentar que aquela situação viesse a acontecer, porque iria ter alguns custos para a sua imagem. Deixava ali a política um pouco de lado, mas não sabia qual a justificação, que ele, ou outro membro do executivo, poderiam dar às pessoas para uma aberração daquelas. Não era ninguém para discutir o que era um pormenor técnico, que vinha do arquitecto, pessoas que estudaram e trabalharam toda a vida para aquilo. Gostaria de saber qual a justificação que o arquitecto, ou qualquer um deles poderia dar para uma aberração daquelas. Não acreditava que estivessem somente questões técnicas por detrás daquela situação, e pensava ter o direito à duvida. -----

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que, considerava incorrecto, por parte do senhor Vereador António Ramalhete, usar aquele tipo de terminologia. Aquela terminologia usada, deixava-o, enquanto responsável pelos Serviços Técnicos, chocado. Poderia dizer que existia naquele local curvaturas e espaço suficiente para a circulação automóvel nos dois sentidos sem qualquer problema, em termos de aspecto da questão de ser cortada

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

aquela passagem, o que o senhor Vereador tinha dito não era verdade, não havia qualquer problema de foro político, havia sim, questões técnicas. Pessoalmente não considerava que fosse uma aberração, e até concordava que assim fosse. -----

-----Interveio o Presidente da Câmara dizendo que da parte da tarde, o senhor Arquitecto Miguel Figueira iria ilucidar, porque aquilo não era para ficar como estava naquele momento. Havia uma correcção a ser feita, mas tinha que se ter em atenção os pareceres técnicos do IPPAR e do Arquitecto, sobre a envolvimento da fachada da Igreja da Misericórdia. Comungava das preocupações dos Senhores Vereadores, havendo necessidade de equilíbrio entre o técnico e aquilo que lhe parecia claro que era um custo económico e social que a autarquia teve naquela matéria. -----

-----Em relação àquela matéria, diria depois qual era a sua intenção. O que pretendia era melhorar a acessibilidade dos munícipes de Pereira naquele local e não ficará parado face às circunstâncias em que o processo em si estava trabalhado.-----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR PEDRO MACAHADO -----

----- **Primeira** - O Vereador Pedro Machado informou que, o relatório final que tinha pedido da acção desenvolvida nas férias na Escola Santos Bessa da Carapinheira. Daquela informação tinha sido apresentado um orçamento, e havia uma ligeira correcção a ser feita, mas no essencial tinham sido cumpridos os objectivos. Tinha sido orçamentados mil setecentos e cinquenta e três euros e um cêntimo, e foram gastos mil setecentos e noventa e nove euros. Havia um diferencial de quarenta e um euros em relação à acção desenvolvida com cerca de quarenta crianças.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, tinha tido uma reunião no passado dia dezanove, no CAE. Para além da questão das instalações desportivas da EBI de Pereira, tinha sido dada a garantia que iriam existir, e que o senhor Vereador Abel Girão já tinha constatado no local, o Pavilhão Desportivo estava a ser construído.-----

----- Havia também a questão das escolas que iam ser encerradas, aquele assunto já tinha sido discutido. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que havia uma preocupação dos professores e que era a constituição das turmas para o próximo ano lectivo e a escolha dos manuais. Já estava marcada uma reunião com a Delegada Escolar, para acautelar aquela situação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- **Quarta** - Informou que, o agrupamento vertical de Montemor-o-Velho estava a dar os primeiros passos, ia ser feita a Assembleia do Concelho Local de Educação, a última deste ano, no próximo dia vinte e cinco do corrente. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** - Informou que, em relação à articulação das auxiliares da rede do Pré-Escolar já tinha solicitado uma reunião para discussão daquele assunto, e da construção de uma EBI em Montemor-o-Velho, com o Director Regional de Educação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Informou que, em relação à ADA, parecia-lhe que aquele assunto merecia uma discussão. Pensava que a chamada de atenção feita pelo Vereador do Partido Socialista até fazia sentido, aliás, por ter estado nos últimos doze anos ligado aquela Associação e até porque no próximo dia vinte e cinco haverá uma assembleia geral dos promotores. Pensava que as conclusões daquela assembleia geral deviam ser trazidas à Câmara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----E sendo catorze horas, a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às dezasseis horas. - -----

----- **1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

----- **1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA** -----

----- **1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.**-----

----- **1 - RECTIFICAÇÃO DA PRIMEIRA INFORMAÇÃO DO VEREADOR PEDRO MACHADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE MAIO DE 2002**-----

----- Foi presente para rectificação a deliberação tomada na reunião de 24 de Maio do corrente ano, no ponto Informação do Vereador Pedro Machado. -----

----- Assim onde se lê: "Informou que, em relação às Festas Concelhias, o Senhor Presidente irá ter uma reunião interna, onde estarão presentes o Encarregado Geral, o Responsável pela parte do Associativismo na Câmara Municipal e da Cultura, que eram aqueles onde o conflito se estabelecia na maior escala para poderem gizar uma estratégia a curto prazo, em relação àquela elaboração", deve ler-se: "Informou que, em relação às Festas Concelhias, o Senhor Presidente irá ter uma reunião interna, onde estarão presentes o Senhor Secretário do Senhor Vereador Abel Girão, o Responsável pela parte do Associativismo na Câmara Municipal e da Cultura, que eram aqueles onde o conflito se estabelecia na maior escala para poderem gizar uma estratégia a curto prazo, em relação àquela elaboração. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar a deliberação de acordo com o atrás exposto.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2 - CEFF MUNICIPAL - APOIO À VIGILÂNCIA MÓVEL** -----

----- **MOTORIZADA** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, a dar conhecimento que, em reunião celebrada entre o Presidente da Autarquia e o representante dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, ambos membros da CEFF Municipal, foram apreciadas as questões, relativas ao financiamento das despesas de funcionamento, no combate aos incêndios florestais, durante o período estival de dois mil e dois, nomeadamente da vigilância móvel motorizada. Foram informados os presentes da previsível aprovação da candidatura apresentada à CNEFF da Delegação de Coimbra para o financiamento daquelas despesas (documento anexo à presente acta com o numero um).-----

----- Assim, no que diz respeito aos valores de candidatura, a informação fornecida à Autarquia ao tempo da sua apresentação, foi no sentido de estarem garantidos os apoios a três turnos diários de oito horas, compostos de duas pessoas cada, somando prestações mensais de novecentos e dezassete euros por turno, o que totalizaria, dois mil setecentos e cinquenta e um euros por turno, de apoio financeiro, durante toda a época de prevenção aos incêndios.-----

----- Neste momento, e estando prevista para breve a homologação da candidatura pelo respectivo Secretário de Estado, a CNEFF de Coimbra apenas garante a aprovação do financiamento a dois turnos diários, no valor de seis mil quatrocentos e dezanove euros, o que origina problemas acrescidos à manutenção das quantias necessárias, para levar a cabo uma vigilância eficaz, em todo o território concelhio, ainda com a agravante de não ser possível nem aconselhável o cumprimento de turnos com duas pessoas, convertendo-se, na prática, os dois turnos aprovados em um turno apenas. -----

----- Perante estes factos, e em cumprimento do deliberado em acta da CEFF Municipal de três de Maio de dois mil e dois, será assumido pela Câmara Municipal, mediante acordo com os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, o apoio financeiro no valor de quatro mil quinhentos e oitenta e um euros, para garantir o financiamento não só de mais um turno diário, como das respectivas despesas de combustível a acrescer aos seis mil quatrocentos e dezanove euros financiados pela CNEFF Distrital. O acordo, cuja proposta de minuta aqui

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

se junta, será celebrado para vigorar a partir de um de Julho de dois mil e dois, devendo iniciar-se nessa data os períodos de vigília. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade aprovar o acordo de colaboração financeira a estabelecer entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº - ----- 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

-----PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre quatro a dezanove de Junho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE -----

----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia quatro e o dia vinte de Junho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia vinte de Junho do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de um milhão e sessenta e cinco mil e trezentos e setenta e um euros e quarenta e um cêntimos e em Operações de Tesouraria duzentos e dezassete mil e cinquenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- Este ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- 3- VENDA DA FRACÇÃO "Z" DO NOVO MERCADO MUNICIPAL -

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento de Administração Geral, a dar conhecimento que em reunião de Câmara de dezanove de Abril findo, foi deliberado alienar, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Abrunheira, o espaço inicialmente previsto para café e restaurante, agora afecto a comércio e serviços, denominada fracção "z", composto de rés-do-chão e primeiro andar, com a área de duzentos e noventa e seis metros quadrados, sito no Novo Mercado Municipal, pelo montante de duzentos e noventa e oito mil e oitocentos euros.-----

----- Dado que não foram indicadas as percentagens a atribuir relativamente ao modo de pagamento da referida fracção, sugere-se que as mesmas sejam de:-----

----- Cinquenta por cento da adjudicação aquando da assinatura do contrato promessa de compra e venda;-----

----- Os restantes cinquenta por cento na data da celebração da escritura pública de compra e venda.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que as percentagens a pagar relativamente ao modo de pagamento da referida fracção sejam de :-----

----- Até - cinquenta por cento da adjudicação aquando da assinatura do contrato promessa de compra e venda;-----

----- O restante na data da celebração da escritura pública de compra e venda.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **Este ponto foi introduzido na Ordem do Dia.**-----

----- 4- PEDIDO DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento de Administração Geral, a dar conhecimento que o adquirente das lojas um, dois e três do Novo Mercado, João Paulo Reis Ângelo, solicitou a cessão da posição contratual das suas lojas em nome de Dionísio da Silva Ângelo.-----

----- Assim, e tendo em atenção a informação já prestada para casos análogos (documento anexo à presente acta sob o número quatro), não havia qualquer inconveniente em satisfazer o pedido.-----

----- A Câmara face à informação dos serviços, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade deferir a pretensão do requerente, autorizando a cessão da posição contratual das lojas números um, dois e três do Novo Mercado, em nome de Dionísio da Silva Ângelo.-----

----- **Este ponto foi introduzido na Ordem do Dia.**-----

----- 5- TERRENO NA TAPADA JUNTO AO NOVO MERCADO-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- MUNICIPAL -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento de Administração sobre o assunto em epígrafe (documento anexo à presente acta sob o número cinco).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a proposta de aquisição da parcela de terreno com a área de mil trezentos e cinquenta e oito metros quadrados, do artigo rústico numero quinhentos e quarenta e oito, da freguesia de Montemor-o-Velho, a herdeiros de António Maranha das Neves e Belmira Maria Rocha Maranha, pelo preço barra metro quadrado de nove euros e vinte e três cêntimos, no montante de doze mil quinhentos e trinta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos. -----

----- **1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS** -----

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA** -----

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO** -----

----- **DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre sete e dezanove de Junho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número seis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO** -----

----- **2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES** -----

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA** -----

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO** -----

----- **DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre seis e dezanove de Junho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2- RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO** -----

----- **DE CÂMARA DE 24 DE MAIO - PONTO 5 - PEDIDO DE** -----

----- **LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS** -----

----- **DE URBANIZAÇÃO PARA O PRÉDIO SITO NO LUGAR DE** -----

----- **CARREIRA - SANTO VARÃO, REQUERIDO POR JOSÉ MELICH--** -----

----- **CERVEIRA - PROCESSO NÚMERO 2/99** -----

----- Foi presente para rectificação a deliberação tomada na reunião de 24 de Maio do corrente ano, no ponto 5 da Divisão de Estudos e Planeamento: Pedido de Licenciamento

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

de Operação de Loteamento com Obras de Urbanização para o Prédio sito no lugar de Carreira - Santo Varão, requerido por António José Melich Cerveira - Processo numero 2/99.

----- Assim onde se lê: "Foi presente o pedido de operação de loteamento designada em epígrafe. -----

----- Da análise efectuada ao pedido, os Serviços verificaram e concluíram que: -----

----- Poder-se-á aprovar a operação de Loteamento e Obras de Urbanização - parecer técnico numero cento e sessenta e seis, de catorze de Maio de dois mil e dois (documento anexo à presente acta sob o numero onze). -----

----- Neste contexto os Serviços propõem: -----

----- a) Que em Sede de Reunião de Câmara seja aprovada a operação de loteamento e a solução urbanística - submetida a licenciamento sob o requerimento numero mil quatrocentos e dois, de dezanove de Abril de dois mil e dois, com as condicionantes apontadas no parecer técnico já referido; -----

----- b) Notificar o requerente, nos termos legais, da decisão final desta Câmara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a operação de Loteamento e a solução urbanística - submetida a licenciamento sob o requerimento numero mil quatrocentos e dois, de dezanove de Abril de dois mil e dois, com as condicionantes apontadas no parecer técnico já referido, requerido por António José Melich Cerveira," deve ler-se: "Foi presente o pedido de operação de loteamento designada em epígrafe. -----

----- Da análise efectuada ao pedido, os Serviços verificaram e concluíram que: -----

----- Poder-se-á aprovar a operação de Loteamento e Obras de Urbanização - parecer técnico numero cento e sessenta e seis, de catorze de Maio de dois mil e dois (documento anexo à presente acta sob o numero onze). -----

----- Neste contexto os Serviços propõem: -----

----- a) Que em Sede de Reunião de Câmara seja aprovada a operação de loteamento e obras de urbanização - submetida a licenciamento sob o requerimento numero mil quatrocentos e dois, de dezanove de Abril de dois mil e dois, com as condicionantes apontadas no parecer técnico já referido; -----

----- b) Notificar o requerente, nos termos legais, da decisão final desta Câmara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a operação de Loteamento e obras de urbanização - com as condicionantes apontadas no parecer técnico já referido, requerido por António José Melich Cerveira." -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar o referido texto, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO COLECTIVA, NUM----- PRÉDIO SITO EM MEÃS, REQUERIDO POR REDOL & ANTUNES CONSTRUÇÕES TERRAS DO OESTE, LDA - PROCESSO 8/02 -----**

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa saber da possibilidade da requerente poder construir um edifício destinado a habitação colectiva, com o máximo de vinte e dois fogos (cave, rés-do-chão, primeiro e segundo andar), e anexos destinados a garagens, bem como proceder aos arranjos envolvente (jardins, zonas de lazer, estacionamento, muros e passeios) no prédio inscrito na matriz sob o artigo número sete rústico, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho, sob o registo número novecentos e oitenta.-----

----- Na sequência da análise efectuada ao pedido no âmbito do número um do artigo catorze do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete de quatro de Junho, os serviços foram de opinião que o pedido devia ser presente em Reunião de Câmara para emissão de parecer favorável, com as condições e parâmetros de edificabilidade conforme informação barra parecer técnico número cento e noventa e dois barra zero dois. (documento anexo à presente acta sob o número oito). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação/parecer técnico dos serviços, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia, com as condicionantes e parâmetros de edificabilidade apontadas na mesma, requerido por Redol & Antunes, Construções Terras de Oeste, Lda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS-----**

-----**3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----**

----- **3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----**

----- **1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS--**

-----**MUNICIPAIS:(FREGUESIAS DE SANTO VARÃO E PEREIRA) - ---**

-----**ANÁLISE DAS PROPOSTAS-----**

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de cinco de Junho do corrente ano, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número nove. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma C.M.P.R. – Construções e Obras Públicas, Limitada, pelo montante de cinquenta e oito mil novecentos e dezasseis euros, acrescido do IVA à taxa legal, para um prazo de execução de sessenta dias seguidos.-----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **2 - PARQUE DE MÁQUINAS - CONSTRUÇÃO (1.ª FASE) -** -----

----- **PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE** -----

----- **ENCARGOS - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO**-----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dez.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

----- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso.-----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- “Comissão de Abertura do Concurso”-----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente-----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária-----

----- “Comissão de Análise das Propostas”-----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente-----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- António Manuel Maurício Quinteiro, A. Técnico de Engenharia-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS**
----- **MUNICIPAIS - ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE ARAZEDE ---**
----- **PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE-----**
----- **ENCARGOS - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO-----**

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número onze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços. -----

----- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária -----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- António Manuel Maurício Quinteiro, A. Técnico de Engenharia -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 - NOVO MERCADO MUNICIPAL - TRABALHOS EXECUTADOS --**
----- **(MEDIÇÃO FINAL) -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos do DOSU e Fiscalização da obra em epígrafe a informar que após medição final da obra verificou-se a existência de trabalhos não contratados no montante de duzentos e nove mil novecentos e cinquenta e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

nove euros e setenta e um cêntimos e que são agora reclamados pelo empreiteiro conforme documentos anexos à presente acta sob o número doze. Estes trabalhos foram acordados e executados num mandato do anterior executivo com conhecimento expresso do mesmo. -----

----- Mais se informa que estes trabalhos não têm cabimentação na obra, dado que já se atingiu o máximo possível de trabalhos a mais por força do disposto no número um do artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março, não sendo possível formalizar os trabalhos a mais como contrato adicional ao contrato de empreitada.-----

----- Os trabalhos em causa foram originados na sua maioria, por erros de projecto, mas eram imprescindíveis para a execução e conclusão da obra. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade reconhecer o montante da dívida apresentada pelo empreiteiro no montante de duzentos e nove mil novecentos e cinquenta e nove euros e setenta e um cêntimos, no entanto não pode assumir o pagamento da mesma, face aos limites impostos no artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 5 - NOVO MERCADO MUNICIPAL - INDEMNIZAÇÃO DE----- ----- ESTALEIRO -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos do DOSU e da Fiscalização da obra em epígrafe a informar que o empreiteiro tem direito à indemnização pedida no montante de trinta e quatro mil cento e sessenta e seis euros e trinta e um cêntimos, devida pela paragem dos trabalhos que lhe foram impostos no decurso da obra pela Câmara Municipal (documento anexo à presente acta sob o número treze). Esta paragem verificou-se no ano de dois mil. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade reconhecer o montante da indemnização solicitada pelo empreiteiro no montante de trinta e quatro mil cento e sessenta e seis euros e trinta e um cêntimos, no entanto não pode assumir o pagamento da mesma, face aos limites impostos no artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 6 - NOVO MERCADO MUNICIPAL - RECEPÇÃO PROVISÓRIA -----

----- Foi presente uma informação da Fiscalização a informar que, os trabalhos da obra em epígrafe se encontram concluídos desde trinta e um de Maio do corrente ano, estando

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

a mesma em condições de ser recepcionada (documento anexo à presente acta sob o número catorze)-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que, seja efectuada a recepção Provisória da obra em epígrafe, no próximo dia um de Julho pelas dez horas.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----7 - AMPLIAÇÃO DE RABT COM COLOCAÇÃO DE BIP NO LUGAR - -----DE FONTERMA - ORÇAMENTO DA EDP -----

----- No seguimento do pedido de iluminação pública em epígrafe feito pela Junta de Freguesia de Montemor-o-Velho, foi presente um orçamento da EDP, S.A, no montante de mil trezentos e dez euros e oitenta e quatro centímetros.-----

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia comparticipar no custo dos referidos trabalhos com a importância de seiscentos e dois euros e noventa e nove centímetros, acrescido de IVA à taxa legal (documentos anexos à presente acta sob o número quinze). -----

----- No entanto, o custo dos quatro BIP's a colocar nos postes da rede a ampliar não está incluído no orçamento acima indicado e o montante dos mesmos estima-se em cinquenta euros, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor atrás indicado.-----

----- Mais deliberou por unanimidade autorizar a colocação dos quatro BIP's bem como o seu pagamento no valor atrás referido.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----8 - AMPLIAÇÃO DE RABT COM COLOCAÇÃO DE BIP NO LUGAR - -----DE CASAL DO MEIO - ORÇAMENTO DA EDP -----

----- No seguimento do pedido de iluminação pública em epígrafe feito pela Junta de Freguesia da Carapinheira, foi presente um orçamento da EDP, S.A, no montante de trezentos e cinquenta e nove euros e treze centímetros. -----

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia comparticipar no custo dos referidos trabalhos com a importância de cento e sessenta e cinco euros e vinte centímetros, acrescido de IVA à taxa legal (documentos anexos à presente acta sob o número dezasseis).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor atrás indicado.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----9 - POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO - ALTERAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA-----

----- Pelo Presidente da Câmara foram apresentadas três soluções urbanísticas para alteração do Polo em epígrafe.-----

----- Depois de tecidas várias considerações sobre o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Que seja apresentada no prazo de quinze dias (até á próxima reunião de Câmara) pelo Senhor Arquitecto António Pinheiro da DOP, uma solução definitiva e respectivo regulamento, para o Polo Industrial.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.-----

----- 3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.-----

----- 3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.-----

----- 1 - PROLONGAMENTOS E LIGAÇÕES DA REDE DE ESGOTOS, ----- FREGUESIA DE CARAPINHEIRA, MEÃS, TENTÚGAL E PEREIRA - ----- NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO-----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários:-----

----- Engenheiro Carlos Borges-----

----- Engenheira Isabel Castanho-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa.-----

----- 2- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS-----

----- PROLONGAMENTOS DA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS-----

----- FREGUESIAS DO CONCELHO - NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO-----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários:-----

----- Engenheiro Carlos Borges-----

----- Engenheira Isabel Castanho-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- **3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO**
 ----- **E CONSERVAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS -**
 ----- **RESIDUAIS DE PEREIRA DO CAMPO, TENTÚGAL E -----**
 ----- **CARAPINHEIRA/MEÃS - PROGRAMA DE CONCURSO E**
 ----- **CADERNO DE ENCARGOS - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----**

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezassete. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato o processo a concurso, através de concurso limitado sem apresentação de candidaturas nos termos do número quatro do artigo oitenta do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- Dois – Que se convidem os fornecedores sugeridos pelos Serviços. -----

----- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear o seguinte Júri do Concurso, nos termos do número um do artigo noventa do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho: -----

----- “Júri do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges - Engenheiro Técnico Civil -----

----- Maria Isabel Cunha S.P.C. Castanho – Engenheira Técnica Civil -----

----- “Suplentes” -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a -----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engenheira Civil -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 - PROLONGAMENTOS E LIGAÇÕES DA REDE DE ESGOTOS: ---**
 ----- **REDE DE DRENAGEM DA ZONA DESPORTIVA E DO MERCADO --**
 ----- **GROSSISTA DA CARAPINHEIRA - PROJECTO, PROGRAMA DE --**
 ----- **CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS - ELEMENTOS PARA ----**
 ----- **APROVAÇÃO -----**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezoito.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

----- Três – Fixar o preço de trinta e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso.-----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- “Comissão de Abertura do Concurso”-----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente-----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges - Engenheiro Técnico Civil-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária-----

----- “Comissão de Análise das Propostas”-----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente-----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges - Engenheiro Técnico Civil-----

----- Maria Isabel Cunha S.P.C. Castanho – Engenheira Técnica Civil-----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO-----

-----1- FESTAS CONCELHIAS - APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA E---

-----ORÇAMENTO PROVISÓRIOS-----

-----O Vereador do Pelouro deu conhecimento do Programa Provisório das Festas Concelhias dois mil e dois (documento anexo à presente acta sob o número dezanove).-----

----- Disse ainda que a preocupação clara do executivo era, de alguma forma, em aproximar as Festas Concelhias para espaços mais próximos, junto do centro da Vila.-----

----- Pretendia apresentar uma proposta de trabalho, a qual poderá ser enriquecida com o contributo de todos.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Outra nota era a preocupação que a Câmara tem tido e, que o Sr. Presidente da Câmara também já tinha feito “eco”, de que claramente, tem-se que, de alguma forma avaliar os custos e os proveitos em relação às próximas Festas Concelhias, no que toca por um lado, ao envolvimento da própria Câmara Municipal, do quadro de pessoal da própria Câmara Municipal e ainda, mais agravado, por coincidir com um período de férias que acaba sempre e, aqui fala em relação ao Sr. Vereador Abel Girão, no que toca ao Parque de Máquinas e aos homens, que muitas das vezes congestionam e deforma o normal funcionamento da Câmara Municipal. -----

----- Portanto, a proposta que ali estava hoje servia antes de tudo, estas três ideias essenciais. Por um lado, aproximar as Festas do Centro da Vila, nomeadamente, aproveitar um dos seus espaços nobres como o caso da Praça da República, por outro, o aproveitamento junto ao mercado municipal, quer em relação à Rua Fernão Mendes Pinto, quer ao próprio estacionamento, e promovendo no futuro e, quer a partir já deste ano, o desenvolvimento e a prossecução da feira industrial e comercial, trazendo para espaços mais nobres, que não aqueles para onde tem sido empurrada e, têm levado ao afastamento total dos expositores e, naturalmente a proposta concreta no que toca ao conjunto de eventos que estão designados. -----

----- Assim pretende-se manter e promover a Feira das Freguesias e das Associações, o Festival da Gastronomia, se possível, com a participação de todas as Juntas de Freguesia, ou por quem as Juntas de Freguesia possam vir a indicar, dizendo desde já que se estão a fazer os contactos, quer com as Associações, quer com as Juntas de Freguesia, no sentido de ainda no final deste mês e durante a primeira semana do mês que vem, sabendo de antemão o conjunto de intenções em relação à participação individual de cada Junta e das suas Associações em relação a esta Feira. -----

----- Em relação ao próprio programa, este ano gostariam de privilegiar entre outras coisas, um Festival da Juventude, que decorrerá no final da semana de festas. Aparece um programa heterogéneo para se poder ir ao encontro das populações em primeira instância do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Depois, uma acção virada também para o comércio, para poder, de alguma forma, ajudar a minimizar o sector comercial da Vila e não só, mas principalmente esse, fazendo com que os próprios comerciantes possam ter uma colaboração activa, tendo já convidado a Associação Comercial de Montemor-o-Velho. -----

----- Foi introduzida também a componente cultural, com duas exposições, uma delas inovadora, a outra já feita em Tentúgal e introduziram também uma componente a que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

chamaram fóruns públicos, com sistemas de intervenção que eram para ser feitos em todo o mês de Setembro, em que iriam privilegiar por um lado, a política local, a cultura, a educação, o ambiente, a agricultura. Os caminhos de Santiago porque a Câmara fez esta aposta e entendem que é uma aposta que deve ser ganha, aliás já hoje aqui ficou expresso, daí que aparece o Professor Doutor Xosé Carro Otero, que é um especialista e assessor do Senhor Presidente do Governo da Galiza, é um homem que vem muitas vezes a Coimbra, é um académico e sobretudo um bom comunicante. -----

----- Em relação ao Feriado Municipal, haverá a apresentação do Foral de Montemor-o-Velho. -----

----- Poderia também ser colocado um palco para os ranchos actuarem durante a tarde, na feira. -----

----- Apresentam ainda o concurso Vestidos de Chita, que é uma organização do Atlético Clube Montemorense . -----

----- A Feira do Cavalo e a Feira Agro-Pecuária e o Programa Desportivo, estão ainda por definir, mas farão parte integrante do programa. -----

----- Foi introduzida a componente da cultural e dentro das Noites da Praça, distingue-se claramente um Festival da Juventude e também uma noite dedicada às Filarmónicas ou Associações. -----

----- É certo que, com o Festival da Gastronomia, e teriam os dois palcos a trabalhar em simultâneo, com horas diferentes, ou seja : enquanto decorria o período do jantar entre as dezanove e as vinte e duas horas o palco do Festival da Gastronomia, ficaria entregue em cada uma das noites, ou animado pelas Juntas de Freguesia, que naquele dia fazia, por exemplo o prato do dia e o oferecia a toda a população que aderisse, ou então distribuir pelos oito dias do certame, com a intervenção de um Rancho e de uma Filarmónica, naquele caso, como tinham apenas quatro não dariam para todos os dias, mas poder-se-ia fazer por exemplo dois ranchos e uma filarmónica e teriam um palco animado por uma componente fortemente popular. A partir do momento em que entendessem que o jantar seria às vinte e duas horas, passariam para o espectáculo dos artistas da rádio, da TV e disco, e daí passariam para outro palco dando a possibilidade da animação estar mais próximo da vila. -----

----- Mais disse que, em relação ao orçamento, tinham em sede de plano e orçamento para este ano duzentos e cinquenta mil euros, estava feita uma estimativa para duzentos e onze, havendo um corte de quarenta mil euros em relação ao orçamento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo não ser capaz de se desvincular de algumas experiências que tinha tido durante alguns anos na realização de festas concelhias, não de Montemor, e de todo o historial que tinha das festas de Montemor. Pensava haver ali algum trabalho, e era muito difícil, não tendo oportunidade de trabalhar e pensar no assunto com tempo e com uma ideia concreta, seria muito difícil trabalhar num documento que estava avançado.-----

----- Pessoalmente considerava ser um recuo, não aproveitar o espaço, que de há dois anos a esta parte se tinha potenciado e preparado para as Festas Concelhias. Julgava que a proximidade ao rio e ao parque, dava um enquadramento às festas e permitia a criação de um complexo para as festas que funcionava muito bem, do seu ponto de vista.-----

----- A Feira das Freguesias conciliada com a zona de animação, com algum afastamento do local onde as pessoas dormem, porque ele está para ver como é que vai ser com o barulho dos espectáculos para pessoas mais jovens, na Praça, compatibilizar isso com as pessoas, achava muito complicado.-----

----- Achava também complicado como é que se iriam gerir a questão das bilheteiras, assim como achava complicado e, até discutível, se a questão das bilheteiras era ou não relevante para o orçamento global das Festas. Achava que, aquilo que se ganhava nas bilheteiras com os convites que a Câmara distribui, com o trabalho, que isso implica, perde-se mais do que o que se ganhava. Não é por cinco ou seis mil contos de bilheteiras, num orçamento destes, que pensa que elas se deveriam manter. -----

----- O cerne da questão do seu ponto de vista, centra-se nesta possível incompatibilidade. Por um lado, a separação física da feira das freguesias, pois não se pode esquecer que a feira das freguesias, sem animação não funciona. Por outro lado, essa separação física, entre a zona de animação, e a feira das freguesias, é uma perda significativa relativamente ao ambiente que se criou no ano passado e há dois anos.-----

----- Para além disto, no espaço junto ao rio há espaço para se poder juntar outras coisas, tais como, carroceis, estacionamento, acessibilidades, etc. -----

----- Por outro lado, a constituição do Programa parecia-lhe que tinha vários pontos de interesse, que estavam equilibrados, onde pensava que poderia haver alguma dúvida, tem a ver com a concentração nesta mesma altura, de algumas coisas, que são dificilmente compatíveis, como por exemplo, a questão dos fóruns. -----

----- Para concluir, sendo o seu ponto mais forte na sua apreciação, a questão da localização e da separação física, julgava que era possível fazer separação física, mas ele

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

optaria sempre, de propor uma separação física de alguns eventos que pudessem estenderem-se a alguns lugares do Concelho. -----

----- Parecia-lhe que o problema destas festas era que elas nunca foram concelhias. Isto era a Feira Anual de Montemor-o-Velho, depois passou a Festas Concelhias e elas nunca foram verdadeiramente Concelhias. Elas são Concelhias a partir do momento em que as pessoas vêm à feira no dia oito de Setembro, porque fora disso não são. -----

----- O que veria com bons olhos, era que num calendário global das festas pudessem descentralizar-se algumas iniciativas, conseguindo-se que algumas das Freguesias mais importantes do Concelho, também tivessem algum apontamento em termos de festa, no âmbito das Festas Concelhias. -----

----- Disse ainda que quando se conseguir fazer isto, conseguirão criar uma verdadeira dimensão concelhia para as Festas. -----

----- Por outro lado e outro aspecto relevante era que, e compreendendo que o Senhor Vereador Pedro Machado tinha múltiplos afazeres, e também falava por alguma experiência própria, pensava que era impossível coordenar directamente programas com os múltiplos afazeres que tem, mas faltava algum toque de criatividade. Achava que esta programação que inicialmente era suposta fazer em conjunto com algumas associações, com a sociedade civil, etc. acabou por não ser feita. O que estava ali era um programa da Câmara, era a continuação da metodologia que vinha de trás. -----

----- Disse ainda que, achava que poderia haver uma maior diversidade com idênticos custos, porque os contributos que as associações, os agentes concelhios poderiam trazer para este programa, poderiam integrar alguns aspectos inovadores e virados para todas as faixas etárias. Umas festas só são concelhias e populares se elas realmente satisfizerem todas as faixas etárias e todos os estratos da população. Os mais eruditos, os menos eruditos, os mais populares, os menos populares, todos têm que ter o seu espaço! As crianças, os jovens, população intermédia, os idosos, toda a gente tem que ter um lugar e tem que se identificar com as festas e nesse sentido parece-me haver alguma carência, talvez no Programa Desportivo ainda apareçam iniciativas mais viradas para os jovens, para as crianças. -----

----- Também reconhecia que, sendo as Festas em Setembro, era mais difícil a mobilização, mas para si este pormenor era muito importante. -----

----- Relativamente ao resto, o que era proposto era a continuação de um modelo, apenas com uma inversão que era retomar a Praça que já foi utilizada várias vezes ao longo dos anos, voltar com a Feira das Freguesias para a Feira, achando que, do ponto de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

vista da qualidade e, do modelo que vinha sendo levado a cabo, haverá um recuo significativo que admite com a experiência que irão ter no futuro tendem voltar a retomar, senão o mesmo espaço, o espaço ribeirinho que permite, em termos de terreno, fazer tudo o que se quiser, o qual resultou muito bem e se se recordam da opinião das pessoas, não era desfavorável. Também a capacidade da Câmara em termos de logística é finita e quanto mais espaços houver e maior desconcentração houver, pior é para todos. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, depois dos temas que vêm no Programa, achava que ficava ali bem o tema do Desporto. -----

----- Outra questão, que também queria colocar era a definição do Programa desportivo, achando que deveria haver qualquer coisa com as Associações que englobassem a prática desportiva no nosso Concelho. -----

----- No que diz respeito à localização, estava de acordo com o que tinha dito o Vereador Victor Camarneiro e, no que concerne às Festas Concelhias, tinha alguma dificuldade em perceber por uma razão muito simples. Achava que era bom que se lançasse um desafio, uma vez, por todas às Freguesias, porque hoje há festas em todo o lado, no sentido de se ir junto das populações, nomeadamente através das Juntas de Freguesia, e que houvesse sim, a festa religiosa nos locais e que se tentasse centralizar mais aquilo que se possa chamar a Festa Concelhia, a nível do nosso Concelho de Montemor. ----

----- Estava de acordo com as Festas em Montemor, mas achava que a Câmara Municipal deve pensar, de algum modo neste assunto e, ir-se ao encontro do anseio de todas as populações. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que pretendia esclarecer que antigamente as Festas em Montemor eram organizadas pela Filarmónica Vinte Cinco de Setembro, que eram as Festas da Vila de Montemor. O que era concelhio era a Feira Anual que era organizada pela Câmara. Depois lá pelos anos oitenta, a Câmara assenhorou-se das Festas da Vila e mudou o nome para Festas Concelhias. E, nessa altura as festas eram as Festas da Vila e que eram organizadas pela Filarmónica e também pelo Atlético e pelos Bombeiros, eram exploradas todas de acordo com as bilheteiras e com a capacidade que tinham de organização, não era a Câmara que as financiava. Cada um tinha as suas festas na sua terra. -----

----- Desta forma o que se conseguiu foi dar uma dimensão às Festas diferente, mas retirar à Vila de Montemor, as suas próprias festas. -----

----- O que se passa aqui é de facto uma herança, que o tempo se encarregou de colocar nas "mãos da Câmara". Há aqui duas opções: ou se assume que são Festas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

Concelhias e se são Festas Concelhias, são Festas Concelhias e temos que assumir essa faceta do Concelho e então é Concelho, até porque há o Feriado Municipal e deve implicar todo o Concelho e até estender tanto quanto possível em acções concretas por todo o Concelho, ou então são Festas da Vila e devolve-se outra vez à comunidade a sua organização. -----

----- Só para terminar queria referir que não via nada orçamentado para o Desporto. -----

----- Pronunciou-se seguidamente o Vereador António Ramalhete, perguntando se não havia nada pensado, para que as Festas fossem feitas no castelo, sobretudo o Festival da Juventude, pois se haviam coisas que marcavam as Festas Concelhias, eram os Festivais feitos no Castelo. -----

----- Disse ainda que, deveria haver uma consulta aos expositores de máquinas agrícolas sobre o local da exposição. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Pedro Machado dizendo que queria responder a duas ou três notas: -----

----- Em relação à questão levantada pelo Vereador António Ramalhete, já estão a ser feitos os contactos com os expositores de máquinas agrícolas, num convite expresso a quem já expôs, a quem vai expondo que é um número muito reduzido, mas também a um conjunto de outras entidades que podem estar eventualmente interessadas, privilegiando sempre as que estão sediadas no Concelho, convite isto é, dizendo-lhe que é intenção da Câmara claramente reanimar a Feira Comercial e Industrial, dando-lhe um espaço que provavelmente, nesta altura, lhe foi retirado, motivo pelo qual diminuiu drasticamente também a receita, porque a receita dos feirantes é irrelevante, pois muitos dos espaços no ano passado ficaram vazios. -----

----- Portanto, quer nos carroceis, quer na parte da animação, quer na parte da feira comercial e industrial, qualquer expositor de máquinas paga mais do que um conjunto de outros géneros. -----

----- A questão da reprogramação do espaço também tem a ver com a aproximação e o reganhar esse movimento e essa animação que as festas deixaram de ter. -----

----- A questão do terrado é uma discussão que tem feito com os técnicos da Câmara, quer os fiscais, quer com os arquitectos e engenheiros, mas nomeadamente com quem tem acompanhado quer as Festas Concelhias, quer a parte da fiscalização da feira e esta não é uma disposição, embora não esteja determinada, todo aquele espaço que foi feito e foi dito, continua a ter utilidade, provavelmente uma nova reutilização do espaço, sendo certo que, por exemplo é possível aproximar todo este conjunto de eventos e nalguns dos casos,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

os expositores tinham sido mandados para junto do Parque de Campismo e daí eles terem-se recusado a participar, era possível reaproximá-los, desde a Praça da República até ao Mosteiro ou até ao Letra. -----

----- Pensava que era possível abrir um corredor e mais do que isso com o aproveitamento da faixa lateral do rio, abrir uma das portas de entrada para as Festas da Vila. --- -----

----- Ter-se-ia sempre três palcos. Aproveitar-se-ia o palco do anfiteatro para fazer animação mais ligeira, o palco das Festas e o palco da gastronomia, que seria utilizado pelos ranchos folclóricos e pelas filarmónicas. -----

----- Disse ainda que, o Vereador Victor Camarneiro disse e é uma opinião pessoal, que podendo isto ou não representar um recuo, não sabe se será testado se será um recuo ou se o deve e o haver no final foi claramente compensado pelo haver, pelo facto de se ter aproximado novamente as Festas do Centro da Vila. -----

----- Mais disse que, em Montemor-o-Velho ainda não se tem um espaço privilegiado, dimensionado e apetrechado para se fazer toda uma organização como há por exemplo em Cantanhede, que acha que é um bom modelo. Ainda há bem pouco tempo e não sabia se estava a cometer alguma inconfidência, ouviu o Senhor Presidente da Câmara dizer, porque não, pensar em devolver à Vila o espaço que hoje é utilizado pela feira dos comerciantes e num futuro próximo isso poder vir a ser equacionado numa outra medida e porque não as festas da Vila serem realmente da Vila, serem as festas de Nossa Senhora da Vitória, como era o nome ancestral que elas tinham e não continuar-se a fazer este pseudo-engano de chamarmos Festas Concelhias. -----

----- Não sabia se este ano já estariam a tempo de o fazer. As festas da Vila são as Festas da Vila, as Festas Concelhias acabam por ser um pseudo-tipo, onde todo o Concelho se move e se direcciona naqueles dias para o centro do Concelho e neste caso para a sede do Concelho. Começaram todos a habituar-se a chamarem Festas Concelhias, a Feira Anual, às vezes chama-se Festas da Vila e Feira das Cebolas, havendo um conjunto de nomes que se têm vindo a adoptar e a adoptar em função também um pouco das circunstâncias. -----

----- Neste contexto, e num ano claro de reinício e relançar, porque sejamos claros, com a inauguração do centro histórico, com o terminus de dois anos de algum sacrifício de algumas pessoas que moram neste local, quer os comerciantes, quer os residentes que viram afastados do centro da Vila um conjunto de proveitos, é de arriscar.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Voltou a usar da palavra o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que a questão é esta: os espectáculos nocturnos não beneficiam o comércio, porque ele não está aberto à noite, só beneficiam os dois cafés da Praça. -----

----- Em segundo lugar – tinha tido uma experiência, quando tinha estado na Figueira da Foz: tinha criado o passeio gastronómico, em frente à Câmara Municipal, na Praça da Europa, e quando tinha vindo o outro executivo tiraram-no dali, porque não queriam prosseguir o que vinha detrás, mudando-o para as Abadias e dando-lhe o nome de “Feira das Freguesias”, tendo corrido tão mal, que no ano seguinte tinham voltado para a Praça da Europa. -----

----- Mais disse que, era certo que as pessoas gostavam de experimentar antes de poderem inverter as suas posições. Tal como tinha acontecido com o Campeonato do Mundo de Surf, e outros. Pensava que a Vila de Montemor era facilmente animada, durante o período das festas, e como estava agora, um concertista ou um grupo de animação de rua- rua abaixo, rua acima, entrando nos comércio, fazendo uma brincadeira – era o suficiente para animar, ficando muito barato. Um outro exemplo que poderia dar, ainda em relação à Figueira da Foz, era que o ruído só não incomodava, quem não vivia no local. Quem não vive no local tolerava porque quando ia ao sítio, ia em festa, agora quem residia no local, era festa por um dia e era tolerado, mas dois, cinco ou sete dias era muito complicado porque não era só na Praça. -----

----- Quando se colocava a questão se se poderia ou não trazer as festas para o centro da vila, tinha havido uma altura em que ele próprio tinha dito que até a feira deveria ser feita no centro da vila. Poderiam também seguir o exemplo de Cantanhede: faziam as festas na vila e fechavam-na, por exemplo em três sítios, as pessoas pagavam um euro, e desfrutavam de tudo o que lá existisse, e não seria muito difícil de fazer. Era claro que não se poderiam viver duas experiências ao mesmo tempo e depois escolher, teriam que optar por uma, e era naquela perspectiva de opção, que julgava que, com alguns melhoramentos relativamente ao que tinha sido feito nos anos anteriores, a manutenção de um espaço concentrado, a conjugação com uma feira de actividades económicas, com as máquinas agrícolas que seriam inseridas naquela componente. -----

----- Disse ainda que o que tinha distinguido as festas concelhias, por um lado tinha a ver com a sua ancestralidade. Hoje em dia, não precisavam de fazer cartazes para que as pessoas saibam que, a partir do dia trinta e um de Agosto, um de Setembro, de acordo com os calendários, em Montemor- o - Velho havia alguma coisa. As pessoas procuravam, perguntavam, aos comerciantes também não era preciso dizerem nada, eles

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

compareciam, era uma questão de potenciar a feira, porque se fosse ao Domingo, era fazer com que tivesse início à Sexta-feira. Do seu ponto de vista a questão que se colocava era dar a dimensão daquilo que era hoje a feira anual e as festas concelhias, era o somatório de um conjunto de feiras. -----

----- Era a feira do cavalo que tinha uma dinâmica própria, mas muito interessante e atractiva, que trazia muita gente, era a feira do gado bovino, era a feira das freguesias, a feira da gastronomia, há alguns anos foi também a feira do artesanato, podia ser a feira das actividades económicas, era a feira anual tradicional, a feira das cebolas e ultimamente aparecia a feira dos trapos, que na sua opinião só pecava por um defeito: não era assumida, mas sim espalhada por uma franja, em vez de se encontrar uma zona específica só para a feira dos trapos, e se calhar até poder-lhe acrescentar uma tónica, tipo feira da ladra, que pensava ser um desperdício não se fazer, mas não da forma como era feita. -----

----- Deveriam assumir a feira dos trapos, promover naquele sentido e permitir que houvesse um espaço consignado especialmente para aquele evento, e julgava que tudo bem identificado, tudo bem localizado dava um conjunto impressionante. Nem a feira de Cantanhede - a Expofacil - tinha uma dimensão como aquela, naquele momento era mais importante do que a da Figueira, mais importante do que a de Coimbra, mas nem aquela feira atingia o cariz popular, que aqui conseguiam ter. -----

----- Pensava que aquela relação da feira com o rio era muito importante. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que aquela era uma fase de transição de via rotura em relação às festas. Na sua opinião e o que irá defender é que no próximo ano não será a Câmara que irá discutir estas Festas. Isto é, em Janeiro de dois mil e três, pretende que seja formalizada uma Comissão de Festas da Vila de Montemor-o-Velho. Assim estes problemas dissipam-se todos. -----

----- Agora, a vila de Montemor por coincidência histórica era a sede do concelho e isso ninguém podia pôr em causa, se os outros tinham honra naquela matéria também tinham que criar a ideia clara que em relação a Montemor, a sua sede do concelho era digna, era ancestral, era histórica, era cultural para ter os mesmos condicionalismos. -----

----- A partir dali, a questão que se colocava era entregar a componente mais ligada ao sector da sociedade civil de Montemor, a responsabilidade de promoverem os adornos que queiram fazer nas festas. O corpo genérico que a Autarquia assumia enquanto feriado municipal dia oito de Setembro, era ter uma componente que a dignificasse em termos da sua componente de animação, em termos da sua componente formativa e da sua componente institucional e política. A partir dali o problema passava a ser de quem queria

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

organizar as coisas. Como em todo o lado, a Autarquia tinha que ter a postura de que no dia oito de Setembro e nos dias correlacionados, quando recebia os seus visitantes, quando convidava os órgãos de soberania, quando institucionalizava aquela matéria tinha que ter a prerrogativa de saber que estava a dar algo que a dignificasse e que não a deixasse ficar mal. ---

-----Em relação às festas deste ano, pensava que existia um conjunto de ideias que se iriam interlaçar, e que deveriam naquele momento ser potenciadas, nomeadamente no que dizia respeito àquele programa. Pensava que deveria ser ultimado, quer em termos das vertentes, quer na área desportiva, quer na área agrícola, ainda faltava ali aquela componente. Era da opinião, e tinha tido a oportunidade de ter discutido o assunto com os Presidentes das Cooperativas Agrícolas do Concelho, de que por exemplo, uma feira agrícola fortíssima deveria ser feita em Arazede, que era o local adequado de produção quer leiteira, quer agro-pecuária, para ter uma coisa que não tinha, e deixávamos de a ter aqui em exclusivo mas como sequência da anterior. Já temos a feira do cavalo, e muito bem, já tínhamos as feiras todas que foram faladas, não iremos buscar outra, que até em termos da época do Verão, não era aconselhada, não conseguia ter uma projecção de dinâmica, não conseguia trazer um valor acrescentado, porque já existia. -----

-----Em relação a Arazede, não tinha a tal componente que há pouco se falava, se comessem a apostar, quer em termos de calendários, quer em termos de infra-estruturas, quer em termos de imagem em algo que tivesse a ver com a sua economia local, com grande pendor de poderem demonstrar, e aí poderão ganhar espaço nos nossos vizinhos, porque Cantanhede e Tocha eram produtores de leite, eram produtores de carne, mas não tinha a nossa "vitalidade", devido à nossa dimensão. Não iremos deixar que, aquilo vá para lá de mão beijada nos próximos anos. -----

-----Em relação àqueles fóruns, esperava que alguns ainda pudessem dar alguns contributos para os melhorar, para debater temáticas que lhe pareciam ser importantes. -----

-----Possivelmente em Julho, irá ter lugar uma reunião, na qual se irá, dentro das possibilidades, aligeirar o programa da agenda, e ter-se uma leitura mais concreta, quer do espaço, quer das valências em que irão intervir. -----

-----Gostaria de referir que, em relação àquele programa, haviam duas questões as quais não valiam a pena cair em esquecimento. -----

-----Uma delas era que existiam produtores, que podiam pegar num programa daqueles e assumir, e cada vez mais poderão testar este ano, uma autonomia total que diminua a funcionalidade directa dos trabalhadores da Câmara naquela matéria. Preferia pagar, por

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

exemplo, mais mil contos e ter menos homens da Câmara envolvidos, e tê-los mais disponíveis para as freguesias, porque se não, não haveria controlo. -----

----- A outra questão, era que dentro daquele conjunto, achava que havia uma preocupação clara e que concordava, que era ter um puzzle diversificado, quer de níveis etários, quer de interesses que lhe eram adjacentes. Terão que saber juntar o "pimpa" com o clássico, de fazer qualquer coisa para que as pessoas se revejam nos seus gostos. -----

----- Relativamente à questão financeira, independentemente de dizerem que este era o ano em que queriam saldar, do ponto de vista da afectividade com a população que tinha sido massacrada ao longo de dois anos, com obras e intempéries, terão que saber coordenar com uma ideia e com uma imagem, que não signifique facilitismo e o despesismo, quando se apregoava por todo o lado que existiam dificuldades. -----

----- Quanto ao resto esperava que dentro de um mês, o mais tardar, ter ali um programa já mais acertado, e aproveitar as próximas reuniões para debaterem aqueles pontos. -----

----- A Câmara, após esta discussão sobre o assunto, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o programa provisório das Festas Concelhias dois mil e dois. -----

----- **2 - CEDÊNCIA DA SALA DE AULAS DA ESCOLA DOS RESGATADOS À ASSOCIAÇÃO "O SOBREIRO" - CENTRO DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO** -----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de uma informação dos serviços informando que a Associação "O Sobreiro" – Centro de Cultura, Recreio e Desporto dos Resgatados, solicitou a cedência de uma sala de aula da Escola dos Resgatados, para utilização em horário nocturno ou fins de semana, para promover formação e como sala de reuniões. O período de utilização será de oito de Junho a trinta e um de Agosto, podendo ser renovável. -----

----- Deu ainda conhecimento de um termo de responsabilidade assinada pela referida Associação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ceder a sala de aula da Escola dos Resgatados à Associação "O Sobreiro". -----

----- **3 -CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA CASA DE CHÁ DO PAÇO DAS INFANTAS DO CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO-----**

----- Foi presente uma informação dos serviços subscrita pela Técnica Superior de Direito Dra. Ana Célia Parente, relativamente ao assunto em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número vinte. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que achava bem que aquele assunto fosse resolvido o mais rapidamente possível, porque era uma vergonha. As pessoas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

até já se tinham desabituatedo de ir ao Castelo, porque nunca sabiam quando estava aberto. Parecia-lhe que não se deveria correr o risco, que se tinha corrido anteriormente. A ideia que tinha era que o concurso tinha ficado deserto, porque não tinha sido divulgado ou tinha sido mal divulgado. Parecia-lhe também que tinha havido algumas pessoas que estavam interessadas, mas quando se tinham apercebido, já não tinham tido tempo para concorrer. -----

----- Disse ainda que, a sua ideia era que o concurso não deveria ser tão restritivo, que canalizasse uma vez mais com soluções previamente identificadas. Essencialmente, o que lhes interessava, era que o concurso fosse aberto, e que tivesse qualidade, uma qualidade que se adequasse também à qualidade do próprio espaço. Qualidades em termos de espaço e de imagem, porque em termos de funcionalidade, já se sabia que existiam alguns defeitos. -----

----- Não levava a mal aquilo que a dona Cassilda tinha feito, porque tinha um negócio mais importante do que a Casa de Chá. A Casa de Chá para ela, era uma complementaridade, um acessório. Era importante apostar em quem tinha capacidade para ter ali a Casa de Chá a funcionar permanentemente, para que pudesse dali decorrer algum proveito, seja para uma exploração familiar, ou para uma exploração de outra característica. -----

----- O Concurso deveria ser um pouco mais aberto e não ser reduzido apenas a dois convites. Para serem mais generosos, se fosse por convite formal, e se não, passar a informação e quem tivesse em condições, ou quem se considerasse em condições de satisfazer os critérios que estavam expressos naquele documento, que concorresse. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo haver algumas gralhas no documento. Considerava o critério de adjudicação extremadamente lacunar. Na sua opinião para além do melhor preço e respectivas condições de pagamento, deveria ser acrescentado o programa de animação e funcionamento. Parecia-lhe inequívoco, que ao aparecer um projecto que pagasse menos, mas que se comprometesse a ter uma questão, desde que estivessem salvaguardas, se não fossem cumpridos ao fim de algum tempo, seriam tomadas as medidas necessárias. No momento, precisava da Casa de Chá aberta, para que fosse uma imagem de marca de Montemor, de ligação do Castelo à Vila. Gostava de ter o Castelo para a população e não para quem passava na estrada e que vinha visitar Montemor e não saber o que era Montemor. -----

----- Em relação aos prémios artísticos e arquitectónicos ganhos pelo senhor Arquitecto João Mendes Ribeiro, saúdava-o, felicitava-o, mas também achava que já chegava que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

fossem o portal de saída daquelas contrapartidas, sem ter nada para Montemor, em que eram feitos investimentos, gasto dinheiro e que ninguém olhava para aqueles aspectos quando visitavam Montemor, a não ser que a Casa de Chá estava fechada ou que não tinham o serviço que esperavam. -----

----- Dentro daquele aspecto, a sua postura iria ser de equilíbrio mas ao mesmo tempo sempre reenvindicativa, demonstrando claramente de que o património que ali estava, era um património nacional, mas era um património em primeira instância da população, dos direitos e da história deste Concelho.-----

----- Se concordassem, era de opinião de que deveria ser acrescentado, no critério de adjudicação, uma componente que fosse evidente, face ao conteúdo funcional de complementaridade de serviços que aquela casa passaria a ter. Até porque, face ao contexto dos contactos que o senhor Vereador Pedro Machado tinha desenvolvido, comungava da preocupação de mostrar transparência em termos de alargamento processual, sabendo à partida que haviam três ou quatro interessados que já tinham sido apresentados à Câmara e ao IPPAR, que iriam concorrer. Seria mais uma razão para que abrissem a Casa de Chá, para poderem ter complementaridade. -----

----- Sugeria que no critério de adjudicação, ultrapassassem o critério meramente económico ou financeiro e ajustassem critérios de qualidade do serviço em termos de animação. Poderiam colocar um anúncio no Diário de Coimbra ou nas Beiras, em que dissessem, para além do convite feito a três ou quatro entidades, o concurso estava aberto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, não obstante a informação prestada, abrir Concurso Público, nos termos do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho, devendo os serviços competentes, prepararem o respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos.-----

----- Mais deliberou que no referido concurso se contemple um Programa de Animação e Desenvolvimento Cultural.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 - CONTRATO - PROGRAMA A CELEBRAR COM A ACADEMIA ---** ----- **MUSICAL ARAZEDENSE** -----

----- O Vereador do Pelouro informou que, o teatro amador sempre constituiu uma importante componente nas tradições culturais da Freguesia de Arazede. -----

----- Neste contexto, o Grupo de Teatro da Academia Musical Arazedense foi bastante conhecido em termos locais e regionais, durante o passado século (XX). Acontece que a Secção de Teatro da Academia Musical Arazedense esteve inactiva por alguns anos. Não

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

tendo a associação acima referida, informado atempadamente a Autarquia sobre a reactivação da sua Secção de Teatro esta não foi abrangida pelo Plano de Apoio dois mil e dois, firmado mediante a assinatura do contrato-programa celebrado entre esta Autarquia e os restantes Grupo de Teatro Amador Concelhios no passado dia vinte e cinco de Abril. A Secção de Teatro da Academia Musical Arazedense cumpre os requisitos necessários para que seja abrangida pelo Plano de Apoio ao Teatro Amador Concelhio dois mil e dois, nomeadamente tendo um espectáculo teatral em cena – “Terra Firme” de Miguel Torga, já com duas datas realizadas. -----

----- Sendo assim, é apresentada uma proposta de contrato-programa a celebrar com a Academia Musical Arazedense (documento anexo à presente acta sob o número vinte e um). -- -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o contrato programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Academia Musical Arazedense. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO-----

----- 1 - INTERCÂMBIO GRUPO CÉNICO AMADOR DA ----- ----- PORTELA/ASSOCIAÇÃO JUVENIL ESTRELAS VERMELHAS ----

----- O Presidente da Câmara informou que, ainda no ano transacto foi atribuído ao Grupo Cénico Amador da Portela um subsídio de cento e oitenta mil escudos, de acordo com a Grelha de Apoio ao Associativismo Desportivismo, o qual nunca foi pago.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade efectuar o pagamento de cento e oitenta mil escudos ao Grupo Cénico Amador da Portela. -----

----- Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Victor Camarneiro. -----

----- 2 - TORNEIO MINI CESTO MADEIRA -----

----- O Presidente da Câmara informou que, irá decorrer de um a seis de Julho próximo, o Torneio Mini-Cesto dois mil e dois – Madeira, organizado pela Associação de Basquetebol da Madeira, no qual a Associação Fernão Mendes Pinto foi convidada a participar. -----

----- Assim em conformidade com o pedido de apoio da Associação Fernão Mendes Pinto e de acordo com o que a Grelha de Apoio ao Associativismo Desportivo, prevê para esta iniciativa, propunha uma comparticipação de mil cento e noventa e sete euros e onze cêntimos por cada equipa a participar (três equipas) perfazendo um total de três mil quinhentos e noventa e um euros e trinta e três cêntimos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo dizendo que a Associação Fernão Mendes Pinto irá participar no maior torneio que existia no País. Achava que era de elementar justiça que se apoiasse aquelas iniciativas.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **Voltou a fazer parte da reunião a partir deste ponto o Vereador Victor Camarneiro.---**

----- **3 - I TORNEIO DE FUTEBOL 7 - ESCALÃO ESCOLAS**-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação relativamente a um torneio de futebol – escalão escolas, decorrido na Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Pereira (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e dois). -----

----- Assim propunha um apoio no valor de quinhentos e vinte e nove euros e cinquenta e dois cêntimos, para que se assumam as despesas tidas com os alojamentos necessários, as taças distribuídas, dos cartazes de publicidade do referido acontecimento e com as lembranças que tinham sido entregues aos árbitros delegados e equipas presentes, o total da despesa tinha sido transformada em serviços que a Câmara assumia como pagamento e por outro lado, com a Região de Turismo pagavam o alojamento das equipas. -----

----- Gostaria ainda de deixar clara uma saudação especial para aquela iniciativa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **4 - TECNIAGRA - PISTA DE REMO - TERMO DO PROCESSO DE-- CONCEPÇÃO DO PROJECTO DA PISTA DE REMO----- DE MONTEMOR-O-VELHO - INDEMNIZAÇÃO/PAGAMENTO--**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação relativamente ao Centro Náutico, na qual fazia referência à reunião havida no dia onze de Junho, destinada a chegar a entendimento relativo a questões pendentes no projecto de construção do Centro Náutico de Remo de Montemor-o-Velho, documento anexo à presente acta sob o numero vinte e três. -----

----- Por sua vez o Engenheiro Leitão, em representação da Tecniagra, formulou uma contraproposta, a qual, não mereceu a aceitação do representante da Câmara Municipal.

----- Apresentada a referida proposta da Tecniagra, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não aceitar a referida contraproposta , deixando, no entanto em aberto a possibilidade de um acordo, que resolva a contento, de ambas as partes, todas as situações pendentes, dentro de um espaço de tempo curto. -----

----- **Este ponto foi introduzido na Ordem do Dia.**-----

----- **5 - CONSTRUÇÃO DA PISTA DE REMO/CENTRO NÁUTICO DE---**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

-----**MONTEMOR: (AÇUDE DE JUSANTE) - ACTA DE ABERTURA DAS -**
PROPOSTAS-----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número vinte e quatro.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE**-----

-----**1 - ACORDO ENTRE A INSTITUIÇÃO PARA O**-----
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O MUNICÍPIO DE MONTEMOR-
O-VELHO-----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de um acordo entre o Instituto para o Desenvolvimento Social e o Município de Montemor-o-Velho, documento anexo à presente acta sob o numero vinte e cinco.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o acordo entre o Instituto para o Desenvolvimento Social e o Município de Montemor-o-Velho.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2 - BOLSAS DE ESTUDO 2001/2002 - ANÁLISE DE**-----
RECLAMAÇÕES - CONVERSÃO DA LISTA PROVISÓRIA DE-----
CANDIDATOS EM DEFINITIVA-----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento das listas definitivas dos candidatos abrangidos com Bolsa de Estudo e da análise das reclamações efectuadas por alguns dos candidatos, dentro do prazo ao abrigo do C.P.A. (documento anexo à presente acta sob o número vinte e seis).-----

----- O Vereador do Pelouro propôs seguidamente que fossem atribuídas bolsas de estudo por reconhecimento e mérito a dois jovens alunos do Concelho, reconhecendo-lhe a cada um deles a sua dedicação, persistência, e coragem procurando alcançar os seus objectivos, vencendo as dificuldades e ultrapassando as barreiras a nível social e familiar: ----

----- Ana Raquel Meco Girão de onze anos, aluna do quinto ano do Instituto Pedro Hispano, cujo pai foi vítima de um acidente ferroviário na Linha da Lousã, no passado mês de Abril.-----

----- Mikael Mendes Salgado, invisual, onze anos, aluno do quinto ano da Escola Silva Gaio em Coimbra e residente na Portela – Tentúgal.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Propôs ainda que a entrega das referidas bolsas fosse efectuada no próximo dia 30 do corrente mês. -----

----- Interveio o Presidente de Câmara dizendo que em relação àqueles aspectos gostaria de frisar o seguinte: -----

----- Primeiro: Era a questão que já tinha sido abordada pelo senhor Vereador Pedro Machado, de procederem e terem o arrojo de alterar o regulamento, e de irem mais longe no futuro, com critérios que não fossem só de âmbito social, ou económico-social, mas sejam também de valor científico e de excelência, sobretudo em jovens que possam no futuro sentirem-se orgulhosos pelo próprio município, por os ter galardoado com apoios para a prossecução dos estudos. Assim, teriam de ser envolvidas também as escolas, porque elas próprias poderiam ser as aferidoras, da componente científica e pedagógica.

----- Segundo: Aquelas questões da atribuição para o dia trinta de Junho, não tinha nada a opor, bem pelo contrário. Considerava estarem a penalizar pelo tardio o procedimento. ---

----- Após decorrido o prazo para efeito de reclamação dos candidatos a Bolsa de Estudo foram apresentadas mais reclamações pelos alunos que constam em informação anexa. -----

----- A Câmara face às reclamações apresentadas deliberou por unanimidade alterar a lista inicial dos candidatos sofrendo as seguintes alterações: -----

----- Atribuir Bolsa de Estudo às aluna Cátia Sofia Nobre Rodrigues, no valor de quarenta e cinco mil escudos, Dora Margarida Costa Monteiro, no valor de quarenta e cinco mil escudos. À aluna Susana Isabel Monteiro Cavaleiro, em vez da Bolsa inicialmente atribuída de quarenta e cinco mil escudos, passará a receber uma Bolsa no valor de cento e quinze mil escudos. -----

----- Em relação aos restantes alunos: Lídia Maria Lopa Rama, Nuno Rafael Ventura Duarte, Gustavo Jorge Ventura Monteiro e Nuno Miguel Cascão Oliveira, a Câmara deliberou por unanimidade pelos motivos que constam nas informações anexas indeferir as reclamações. -----

----- Mais deliberou que fossem atribuídas bolsas de estudo por reconhecimento e mérito a Ana Raquel Meco Girão e Mikael Mendes Salgado. -----

----- Deliberou ainda que a entrega das referidas bolsas seja efectuada no próximo dia 30 do corrente mês. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3 - PROJECTO "ATL À BEIRA MAR 2002"** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Foi presente uma informação dos serviços a solicitar a comparticipação da Câmara Municipal no Projecto ATL à Beira-Mar. -----

----- Esta acção pretende abranger cerca de 100 crianças das escolas de 2º CEB de algumas Freguesias do Concelho, de entre as mais carenciadas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade comparticipar aquela acção no montante de 3.200 euros para alimentação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4 - PROJECTO "O PRÉ-ESCOLAR VAI À PRAIA"-----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento do projecto em epígrafe que pretende proporcionar idas à Praia a crianças dos Jardins de Infância de Bunhosa, Carapinheira, Tojeiro e Seixo, das que frequentam os complementos de horário, no período compreendido entre quinze e dezanove de Julho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o projecto "O Pré-Escolar vai à praia", o qual constitui documento anexo à presente acta sob o número vinte e sete. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Este ponto foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- 5 - APOIO FINANCEIRO A FAMILIA CARÊNCIADA - SANTO -----

----- VARÃO -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente uma informação, respeitante a um incêndio na habitação do Sr. Armando Barros, residente em Santo Varão (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e oito). -----

----- Face àquela situação, e uma vez que aquela família não dispõe de recursos financeiros, propunha que a Câmara Municipal procedesse à aquisição dos materiais, no montante de três mil e sessenta e oito euros, para fazer face a obras de reconstrução da habitação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Esteve presente a munícipe Adélia Gomes Sousa Caiado, residente em Alhastro, Carapinheira, em representação do seu filho Fernando Caiado, a solicitar esclarecimentos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

sobre uma reclamação apresentada à cerca de estragos efectuados na sua habitação, os quais julgava provenientes das obras de desaterro para a construção do parque de estacionamento junto ao Pavilhão da Carapinheira. -----

----- Usou da palavra o Vereador Abel Girão dizendo que a Câmara em onze de Setembro de dois mil e um, enviou ao local dois técnicos desta Câmara, para fazerem uma peritagem e avaliarem os prejuízos, tendo os mesmos prestado uma informação sobre o assunto. Naquela altura o Presidente da Câmara não tinha proferido qualquer despacho no sentido de resolver o assunto. -----

----- Com base na análise efectuada pelos técnicos, e dado que teve alguma dificuldade em resolver aquele assunto, não tinha tomado qualquer iniciativa para a resolução do caso. -----

----- Queria acrescentar que todas as máquinas que foram utilizadas naquela obra, eram máquinas convencionais, que executavam obras em qualquer lado e como tal não se podia argumentar que a culpa era das máquinas. -----

----- Mais disse ter tido um contacto telefónico com o Ex-Presidente da Câmara, sobre aquele assunto, em que lhe tinha pedido alguns esclarecimentos aos quais não tinha sabido responder. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, depois de ler o parecer, parecia-lhe estarem numa situação idêntica a que, quando se tinha um carro velho, e alguém lhes destrói o carro e a companhia de seguros não lhes reparava o carro, mas davam-lhe o valor comercial do carro. Tinham um carro para andar e de repente ficavam com duzentos contos na mão e sem carro. -----

----- Era óbvio que tecnicamente se podia fazer os juízos que aqui estão e ele não tinha capacidade para os contrariar. Aludindo a outras situações anteriores em que tentava apelar a uma certa resolução das questões, em que não ficassem mazelas para nenhuma das partes. Parecia-lhe que eventualmente podia haver, e admitia que sim, tecnicamente todos os problemas estruturais na construção do edifício. Mas também se admitia naquele parecer que quando muito, o desaterro poderia ter acelerado um processo já instalado. Com base naquela subjectividade, parecia-lhe que a Câmara não se poderia desonerar totalmente do sucedido. -----

----- Mais disse que a Associação Fernão Mendes Pinto utilizou aquele imóvel durante três anos, e nunca teve qualquer tipo de problema. Não tinha condições para avaliar os danos, e nem os proprietários apresentaram qualquer orçamento de danos. A sua opinião era que a Câmara Municipal e o proprietário deviam chegar a um consenso, com base nos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

pareceres técnicos e com base no que disse anteriormente, no sentido de que aquele problema não resultasse maiores danos daqueles que já existiam, mesmo em termos de relacionamento entre a Câmara e os munícipes.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão, dizendo que tinha trazido o assunto à Câmara porque não o tinha conseguido resolver. Em último caso propunha que o assunto fosse introduzido na agenda de uma próxima reunião, para tomarem uma decisão.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que não se iam discutir valores nem montantes porque eles não estavam em análise. A sua opinião era que reconhecendo ao senhor Vereador Abel Girão o bom senso e a experiência naquela matéria, que se possa naquela reunião, induzir o Vereador do Pelouro, no sentido de estarem ou não receptivos a um entendimento razoável com o proprietário, cuja proposta concreta viria posteriormente a uma próxima reunião.-----

----- Interveio novamente o Vereador Abel Girão dizendo que o mais importante era saber se a Câmara assumia ou não a responsabilidade, e posteriormente é que se deveria fazer um estudo e apresentar uma proposta concreta.-----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que pensava existirem responsabilidades da Câmara Municipal, porque, pelo que tinha sido dito pela munícipe Adélia Caiado, aquela e o seu filho tinham alertado a Câmara Municipal para aquele facto. A questão que se colocava era que, se tinha deixado arrastar no tempo uma situação que, logo na altura, com as máquinas convencionais poder-se-ia tirar uma conclusão. O que era facto é que se tinha deixado arrastar aquela situação no tempo. Não tinha havido ninguém que tivesse lá ido para verificar a veracidade dos factos. -----

----- Assim, propunha que a Câmara fizesse um levantamento exaustivo dos custos dos estragos e só posteriormente poderiam fazer uma proposta ao munícipe. Considerava que a Câmara Municipal deveria assumir a responsabilidade naquela matéria, porque perdeu-se no tempo. -----

----- Disse ainda que, perante tudo aquilo e à cumplicidade dos técnicos, nomeadamente do Eng.º Miranda, que teve conhecimento e não actuou.-----

----- A pedido do Presidente da Câmara, usou da palavra o Director de Departamento, dizendo que aquela situação tinha-lhe sido dada a conhecer muito mais tarde de tudo ter acontecido. Tinha dito à Dona Adélia que fizesse a reclamação por escrito. Depois da reclamação ter dado entrada na Câmara, o Senhor Presidente de então tinha entendido mandar o assunto para dois técnicos, a Engenheira Isabel Quinteiro e Arquitecto Nelson. A partir daquela altura, não tinha tido conhecimento de mais nada.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, para ele aquela questão era muito simples e o Senhor Vereador Emídio Fidalgo tinha acabado de a retractar. Era uma questão política, porque muito claramente a sua posição era aquela. Se tinha tido a coragem de, perante empreiteiros que tinham verbas a receber desta Câmara por obras efectuadas, que não estavam suportadas, e que tinha deixado ir para Tribunal, aquele caso era mais que liminar. Face ao Parecer Técnico que tinha, quem tinha provocado aquela situação, que tivesse tido a coragem de assumir politicamente. Havia direitos de transparência, Jurídicos e Judiciais, que se a cidadã tiver razão que accione.-----

----- Mais disse já ter falado com os técnicos e o que lhe tinha sido dito era que a obra feita por cima da anterior tinha sido mal feita e mal estruturada. Se tinha rachado, tinha sido por a obra estar mal feita. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, se tivesse funções executivas, provavelmente também teria a mesma opinião. Só traria ali, uma proposta concreta, e ainda ninguém a tinha apresentado. Pensava que o processo tinha sido mal conduzido, mesmo politicamente. Porque se não teriam que ter chegado ali, e dizer não o que estava ali escrito, porque o termo Parece-me, não existia em termos jurídicos. Naquele caso não havia uma posição clara dos serviços técnicos, uma vez que ninguém afirmava coisa alguma apenas era referido o termo “parece-nos”, e aquilo não era correcto. Politicamente o processo não deveria ter ido a Reunião de Câmara, deveria ter ido, sim mas o Senhor Vereador, ou o Senhor Presidente deveriam ter assumido, e ter simplesmente indeferido o processo, ou então dizer: “Face aos pareceres Técnicos, entendemos que não há lugar a qualquer indemnização.” A posição que estavam a tomar da decisão ser deles, parecia-lhe uma ratoeira. -----

----- Ainda na última reunião se tinha colocado uma questão de indemnizações aos proprietários expropriados, que em termos legais já tinham uma pista, e tinham considerado que era necessário encontrar ali algumas plataformas, alguns consensos, enfim, não ultrapassar o que era legal, mas tentar encontrar uma solução de diálogo entre o município e os seus habitantes. Com base naquele parecer, a sua posição ficava inalterável, não sabia o montante da indemnização, se era dez, vinte ou cinquenta por cento, sabia apenas que, com base naquele parecer, que não era um parecer definitivo, era um parecer de “parece-nos, considerava que não deviam ser esgotáveis ou encerráveis as hipóteses de diálogo e de negociação entre a Câmara Municipal e os proprietários. -----

----- Mais disse que, a sua posição nada tinha a ver com a amizade que tinha com a pessoa em questão, porque noutras circunstâncias, que não houvesse qualquer tipo de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

amizade a sua posição continuava a ser a mesma. Aquela questão era clara, e da sua parte havia um respeito pelos técnicos, mas tinham que assumir num parecer que faziam, e também compreendia a posição do senhor Presidente da Câmara, mas um técnico quando fazia um parecer, não podia ficar no "parece-nos", tinha que ser claro.-----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo estarem de acordo, até por uma questão semântica naquele processo. Quando tinha posto a senhora a falar era para dizer que naquele momento não estava em discussão em agenda o assunto, porque o que tinha dito era que, poderia ter agendado e não o tinha feito, para que fosse perceptível no órgão, que era o particular que vinha trazer o assunto e colocava o assunto formalmente. O que não era possível era que saísse dali uma ideia, para o particular que, face àquela discussão se iria voltar novamente a uma situação de revisão do processo. Já tinha esgotado aquelas possibilidades.-----

----- Mais disse que, se quisesse uma deliberação, a observação do senhor Vereador Victor Camarneiro teria toda a lógica se aquele ponto tivesse sido agendado. Era importante que todo o executivo soubesse particularmente e objectivamente o que estava em discussão. Não irá ter mais demarches naquele assunto, porque os técnicos, já por duas ou três vezes lhe tinham dito que não alteravam aquele parecer. -----

----- A questão era: ou o assunto ia a votação, ou dava um despacho em que dissesse claramente, porque a competência também lhe assistia, que não tinha nada a reconhecer daquele assunto, e o Senhor Vereador com Delegações de Competências que desse seguimento ao assunto. Não tinha sonogado, e tinha sido com aquilo que se tinha comprometido com a munícipe, de que o executivo em si, sobretudo o actual, uma vez que estava fora daquele contexto. Tinha tido contacto com aquele assunto e saber claramente o que é que se passava, e que agora mais que nunca podia sustentar uma intervenção, independentemente da posição que irá tomar.-----

----- Disse ainda que, não irá contrariar o parecer Técnico. Estava a fazer com lealdade aquilo que se tivesse sido feito em Setembro do ano passado, não estavam naquela situação. A verdade não estava só de um lado e os direitos estavam de ambas as partes.----

----- Tomou a palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que o parecer do GTL, era ambíguo, não era nada, tanto dava para um lado como para o outro. Quando um Técnico fazia um parecer daquele tipo, era para deixar abertura ao poder político, na sua opinião, para poder resolver da forma que achar mais conveniente. E como entendia que a forma mais conveniente, era que havia erros dos Serviços Técnicos da Câmara ou do GTL, na

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

altura em que o próprio munícipe tinha alertado a Câmara Municipal, para a seu tempo ir verificar, entendia que havia alguma cumplicidade por parte da Câmara Municipal.-----

----- Mais disse que, haja consenso, ou não, votará sempre sob a sua consciência, independentemente dos dados que estivessem em cima da mesa. Achava que deveria aparecer um parecer técnico objectivo, para que pudessem assentar uma decisão, depois achava que, os serviços técnicos deveriam fazer uma avaliação da situação, e depois davam uma indicação. Esperava que aquele tipo de parecer fosse o único a existir até àquele dia. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, não tinha agendado aquela situação porque tinha tido o cuidado de tirar cópias, uma vez que tinha visto a D. Adélia no público tinha calculado que iria falar no assunto. Da parte da Câmara não estavam a chegar a consenso, a sua opinião era que, se a Câmara anterior não tinha tido a capacidade ou o bom senso de proferir um despacho e resolver a situação de vez, achava que a actual deveria tomar iniciativa e tomar uma decisão.-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, havia ainda uma última hipótese. Poderiam encomendar uma peritagem fora da Câmara, com o suporte síndico da parte da Câmara Municipal. Era a última hipótese, incumbir uma peritagem de reconhecido valor, conhecedor do assunto, que faça um relatório, encomendavam-no num curto espaço de tempo, para numa reunião de Câmara futura, encontrarem uma resolução. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo apoiar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. O reclamante indicava o perito, a Câmara também e que se fizesse daquela forma. Já conhecia aquele assunto há muitos meses, embora pensasse que não tinha sido emitido um parecer pela anterior Câmara, e não tinha havido, na altura, coragem política para assumir uma decisão. Compreendia a razão de não ter sido feito um parecer, como pessoalmente achava que aquela não era a melhor forma.-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara solicitando ao senhor Vereador Abel Girão que indicasse em termos internos um perito da Câmara, esperavam que lhes informassem quem era o perito, e solicitava à Ordem dos Engenheiros ou à Faculdade de Ciências, um outro perito, bem como um outro sugerido pelo Munícipe. Assim, os três peritos e o síndico do município fariam um relatório sujeito a deliberação do executivo. -----

----- Esteve também presente o Munícipe Garcia Ramos, residente em Viso/Liceia, pedindo esclarecimentos sobre a colocação de um monte de terra na via pública, junto a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

um muro da sua propriedade. Não era a primeira vez que aquela situação acontecia, e gostaria de a ver resolvida o mais rapidamente possível.-----

----- O Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários, tendo informado o munícipe que o Vereador Abel Girão se iria deslocar ao local a fim de resolver o problema.--

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- A pedido do Presidente da Câmara, usou da palavra o Arquitecto Miguel Figueira para prestar alguns esclarecimentos sobre a reunião que tinha tido em Lisboa e sobre as questões colocadas de manhã pelo Vereador António Ramalheite, que poderão ser esclarecidas do seu ponto de vista sobre o desenho final do projecto que vai ficar junto à Igreja da Misericórdia, em Pereira e que se prendia com a casa que fazia um bico e outros aspectos correlacionados. -----

----- O Arquitecto Miguel Figueira informou que a solução que estava no projecto aprovado e discutido na Câmara ainda pelo anterior executivo. Era uma solução que tinha, como qualquer solução de projecto, tinha que perceber quais eram as condicionantes daquele espaço. Naquele caso, estavam a trabalhar num centro histórico, e numa situação urbana muito particular, porque havia um enfiamento da rua da Misericórdia que depois fazia uma bifurcação e havia aí um valor daquela estrutura urbana que até era uma situação impar no nosso concelho. A Igreja naquela posição de eixo sobre a rua da Misericórdia, e depois aquelas duas vias que a contornavam.-----

----- Punha-se a questão do traçado ser um traçado intencional, mas era um traçado para carros de bois, e não para funcionar na lógica do automóvel. No desenho teria de compatibilizar aquelas duas situações. A questão que era colocada era a de garantir o tráfico viário daquela zona e não perturbar aquela lógica do desenho urbano.-----

----- A via tinha um perfil regular, de seis metros e vinte, naquela zona até era mais larga, mas teriam algumas curvas fechadas e por isso era ligeiramente mais larga naquela zona. Garantia-se uma acessibilidade um funcionamento com duas faixas automóveis, estando-se a trabalhar numa velocidade de projecto muito baixa o que também era apropriado ao local em questão.-----

----- Verificou-se recentemente ter havido alguma troca nas contas e nos números que concerne à aquisição dos privados para fazer aquele alargamento, e o Senhor Presidente tinha-lhe pedido para fazer, uma vez que se tinha alterado a situação preexistente ao projecto, para ser feita uma reavaliação ao processo, designadamente prevendo um passeio na outra margem, porque o passeio ali era interrompido.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Aquele muro iria entroncar num portão privado, uma vez que se iria manter a situação pré existente. Tinham procurado compatibilizar a questão do passeio e a situação viária. Estavam a falar de uma plataforma de circulação de paralelos de granito. Ao nível do revestimento mantinha-se o que estava previsto no projecto inicial.-----

Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, não colocava em duvida, todos os procedimentos e técnicas que eram utilizados na arquitectura. Só gostaria de saber se o senhor arquitecto procedia da mesma maneira se aquele telheiro lá não estivesse. Aquele telheiro que lá estava tinha sido feito há relativamente pouco tempo. -----

----- Tinha ido ao local com o Senhor Presidente e com o Senhor Vereador Abel Girão, e pensava que se aquele bico era para ser cortado, pelo menos à vista tinha outra beleza. Não estava a colocar em causa a capacidade dos serviços, mas quem passava no local, não deixava de fazer reparos em relação àquela obra. -----

----- Tomou novamente a palavra o Arquitecto Miguel Figueira dizendo que, do ponto de vista formal, sem o passeio, a curva teria um desenvolvimento mais interessante. No entanto, estavam a trabalhar numa zona com preexistências fortes e com muitas condicionantes. A introdução dos automóveis nos Centros Históricos era sempre um drama, e teriam que trabalhar sempre no limite. Quando o Senhor Presidente tinha colocado a questão do passeio, tinha percebido que, do ponto de vista formal teria alguns custos, mas pareceu-lhe ser um custo razoável porque fazia sentido terem passeio daquele lado. -----

----- Quanto à questão do telheiro tinha tido o cuidado de consultar o IPPAR, e procurar qual a opinião deles sobre aquela questão, já que tinham consultado o projecto e tinham visto que era aquele o caminho a seguir. Iria ser sempre uma curva complicada. Tinham que tentar adequar as coisas em relação à matriz que tinham. -----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo perguntando se quando tinha sido feito o projecto da remodelação do Centro Histórico de Pereira, aquela zona, ainda não tinha sido estudada. Tinha a certeza que o tinha sido, mas com a intervenção do actual Presidente as coisas foram modificadas com uma filosofia diferente. Tinham que adaptar as coisas de acordo com o tempo em que vivíamos, e era por essa razão que existiam arquitectos paisagísticos, etc.. -----

----- Gostaria de saber, porque é que quando se tinha feito um primeiro estudo naquele Centro Histórico, porque é que não se tinham analisado as coisas àquele ponto. Achava que as primeiras soluções, nem sempre eram as melhores. Considerava que a voz do Senhor Vereador António Ramalhete, tinha sido a voz das populações que lá viviam. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21

----- Retomou a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo ter havido uma decisão da Reunião de Câmara, em que a Câmara tinha deliberado cortado o bico daquele espaço e repor o telheiro como estava, como é que a Câmara tinha tomado uma decisão daquelas sem ter ouvido o Arquitecto Miguel? -----

----- Interveio novamente o Arquitecto Miguel Figueira dizendo que, relativamente às negociações, essas eram feitas pelos políticos e não pelos técnicos, e havia muitas coisas naquelas e noutras negociações que muitas das vezes nem chegavam aos técnicos. -----

----- Relativamente à questão do telheiro, da ultima vez que lá tinha estado, o proprietário, tinha dito que daquele pilar não avançava mais nada. O projecto do Gabinete Técnico Local, tinha sido sempre o mesmo, não tinham havido outros. A ultima alteração que tinha sido efectuada, era o passeio, mas iriam manter toda a estrutura. Achava que enquanto políticos, teriam que responder às populações, eles enquanto técnicos, também teriam que fazer isso, mas tinha a certeza que aquele canto iria ser o canto da polémica. Apesar de tudo tinha-se que passar um pouco sobre aquilo e justificar o trabalho que tinha sido feito, e perante as condicionantes que tinha, e teria que o justificar. Naturalmente que as pessoas poderiam ou não aceitar. -----

----- Retomou novamente a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo que, toda a gente sabia, que já havia uma deliberação anterior, totalmente diferente do que tinha sido exposto anteriormente, pelo senhor Arquitecto Miguel Figueira. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas vinte horas e quinze minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Junho de 21